

# A Amazônia sob novas encruzilhadas? Uma reflexão crítica sobre as novas colonialidades face à emergência climática



*Jondison Cardoso Rodrigues<sup>1</sup>*

## RESUMO

Sabe-se que a Amazônia é um importante "ator" no/do sistema climático global, por contribuir: i) na regulação do clima, no ciclo hidrológico regional e global; e, ii) na prestação de serviços ecossistêmicos. Além disso, as diversidades biológicas, étnicas e culturais da Amazônia e sua preservação proporcionam cobenefícios e soluções sistêmicas adicionais à manutenção dos ecossistemas globais. Tais argumentos seriam suficientes para compreender as diversas ações, mecanismos e sistemas de governanças globais para proteção da Amazônia. Esse artigo busca refletir criticamente sobre os processos de colonialidades, a partir da criação e ações de centros de estudos, pesquisas e alianças/redes de proteção, conservação e de defesa da Amazônia no contexto de emergência climática. O intuito de forma alguma é negar, deslegitimar e/ou desqualificar a crise climática e as várias formas de combate às desigualdades, injustiças e racismos (climático e ambiental) subjacentes; mas questionar lógicas e práticas coloniais que contribuem para continuidades de estruturas históricas, com base em relações sociais hierárquicas, subalternizadas, inferiorizantes, invisibilizadoras e estigmatizadoras. Isso porque há historicamente matrizes e modelos de pensamento político (e econômico) que vão modulando um novo conjunto de crenças, de desejos, de concepções de mundo, de interesses e de estratégias dominantes.

**Palavras-chave:** Amazônia. Colonialidade. Descolonização. Governança.

---

<sup>1</sup> Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). E-mail: [jondisoncardosorodrigues@gmail.com](mailto:jondisoncardosorodrigues@gmail.com).

## **ABSTRACT**

It is known that the Amazon is an important “actor” in/of the global climate system, as it contributes to: i) climate regulation, the regional and global hydrological cycle; and, ii) provision of ecosystem services. Furthermore, the biological, ethnic and cultural diversities of the Amazon and its preservation have promoted co-benefits and systemic solutions additional to the maintenance of global ecosystems. These arguments would be sufficient to understand various actions, mechanisms and global governance systems for the protection and defense of the Amazon. This article seeks to critically reflect on the processes of coloniality, based on the creation and actions of study centers, research and alliances/networks for the protection, conservation and defense of the Amazon. The aim of forming one is to deny, delegitimize and/or disqualify the climate crisis, the various forms of combating underlying inequalities, injustices and racism (climatic and environmental); but to question colonial logics and practices that protect the continuities of historical structures, based on hierarchical, subordinated, inferiorizing, invisible and stigmatizing social relations. This is because there are historically matrices and models of political (and economic) thought that modulate a new set of opinions, desires, conceptions of the world, interests and dominant strategies.

**Keywords:** Amazon. Coloniality. Decolonization. Governance.

## INTRODUÇÃO

A Amazônia é um ecossistema de escala subcontinental que abriga a maior floresta tropical e a maior rede de drenagem do mundo. É a região<sup>2</sup>: i) mais biodiversa da terra; ii) com maior oferta de serviços ecossistêmicos<sup>3</sup> (de suporte, provisão, regulação<sup>4</sup> e cultura); iii) que abriga cerca de 70% de todas as áreas protegidas e 83% de todas as terras indígenas do Brasil; iv) que possui mais de 2.500 espécies de árvores (ou um terço de toda a madeira tropical do mundo), 30 mil espécies de plantas (das 100 mil da América do Sul) e mais de 10% de todas as espécies de plantas e vertebrados nomeadas, concentradas, em apenas 0,5% da área da superfície da terra (Albert et al., 2023); e, vi) possui mais 256 povos indígenas, que falam mais de 150 línguas. Além de possuir um dos maiores mosaicos de agentes sociais, de/com territorialidades específicas, formados por: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, seringueiros, beiradeiros, agroextrativistas, varzenteiros, quebradeiras de coco babaçu, piaçabeiros, assentados, sem terras, peconheiros, varzeiros, benzedeiros, rezadores e puxadores.

A Amazônia brasileira também tem sido (um) centro de atenções face às mudanças ambientais, principalmente nas últimas quatro décadas, devido às altas taxas de desmatamento, exploração madeireira, incêndios florestais e pesca excessiva (Vieira; Silva, 2024; Stegmann et al., 2024). Em face disso, vem surgindo um conjunto de iniciativas de governança ambiental e pesquisas, por exemplo, a criação e ações de centros de estudos e pesquisas, alianças/redes, organizações não governamentais para a Amazônia. Um exemplo de centros de estudos e pesquisas é o Centro de Estudos da Amazônia Sustentável (CEAS), da Universidade de São Paulo (USP). Centro este criado em março de 2023.

O principal propósito do CEAS é a produção, integração e disseminação da ciência, por meio de atividades acadêmicas e científicas inter e transdisciplinares relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, para acelerar o desenvolvimento sustentável da região. Assim, buscar, “talvez” quebrar e/ou romper com a racionalidade, a lógica de incorporação da Amazônia ao Brasil e à economia mundial, o neoliberalismo financeirizado recente, da natureza e dos territórios.

Porém, tal lançamento produziu uma ampla repercussão negativa nas mídias sociais, advinda das populações amazônicas, pesquisadores (as) e estudiosos (as), que caracterizam tal

---

2 A Amazônia Legal Brasileira abrange a bacia amazônica brasileira e o cerrado (savana), que cobrem cerca de 5 milhões de km<sup>2</sup> ou 60% do território nacional (Haddad et al., 2024).

3 Os serviços ecossistêmicos de suporte contribuem para a manutenção da produtividade e da heterogeneidade, aumentando a multifuncionalidade da paisagem da floresta, bem como constituem ambientes naturais que apoiam todo o funcionamento dos ecossistemas, refletindo em benefícios socioecológicos (Souza; Oliveira Junior; Hacon, 2024).

4 Os serviços de provisão são definidos como produtos obtidos dos ecossistemas, sendo oferecidos diretamente à sociedade, como alimentos e fibras naturais, madeira, água potável, material genético e medicinais. Os serviços ecossistêmicos de regulação como serviços obtidos dos processos ecossistêmicos, como regulação do clima (qualidade do ar e o controle da poluição), controle do ciclo hidrológico, controle biológico e regulação de danos naturais. Já os serviços culturais, são definidos como os benefícios não materiais obtidos dos ecossistemas que contribuem para o bem-estar da sociedade, como enriquecimento espiritual, diversidade cultural de povos, oportunidades de lazer, recreação, ecoturismo e educação ambiental (Souza; Oliveira Junior; Hacon, 2024).

ação como uma forma de colonialismo. Colonialismo não apenas por possuir instituições externas à Amazônia, mas, sobretudo, por eclipsar e “esquecer” instituições renomadas e referências na Amazônia Legal, como o Museu Paraense Emílio Goeldi, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a Embrapa Amazônia Oriental, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). Instituições fundadas, respectivamente, em 1866, 1951, 1952, 1954 e 1957<sup>5</sup>.

É preciso pontuar que universidades ou quaisquer instituições de produção de conhecimentos podem, ao mesmo tempo, construir simbioses-sinérgicas positivas e benignas com comunidades e a sociedade como um todo; mas também podem contribuir para fortalecer e/ou criar relações parasitárias/comensais (Hains; Hains, 2023). Contudo, o “olhar-ações estrangeiras” sobre a América Latina e, principalmente, sobre a região amazônica, é historicamente fundado na produção e reprodução de subjetividades, imaginários, a partir de uma “ética social” e um modo de percepção de vida externo aos territórios sociais de vida (Quijano, 2008).

Segundo Mignolo (2017), a lógica subjacente de formação territorial e do desdobramento da civilização ocidental, desde a época do Renascimento até hoje, são de colonialismos históricos. Nesse caso, as matrizes e modelos de pensamento político (e econômico) foram processualmente impostos, modulando um novo conjunto de crenças, de desejos, de concepções de mundo, de interesses e de estratégias dominantes e hegemônicas. Assim se estabelecendo monoculturas do pensamento e práticas coloniais de violação de saberes, línguas e modos de vida (Núñez, 2023).

É preciso ainda destacar que a compreensão da Amazônia como laboratório científico internacional não é recente (Maio, 2005), e, o Centro de Estudos sobre Amazônia, da USP, não foi o primeiro e não será o último, face ao ativismo ambiental transnacional e às territorialidades compartilhadas (Paes, 2023) de problemas sistêmicos e interesses (econômicos de mercado) de proteção do meio ambiente global.

Sabe-se que a Amazônia é um importante “ator” no/do sistema climático global, por ser um importante contribuidor na regulação do clima, do ciclo hidrológico regional e global de carbono<sup>6</sup> (Boulton; Lenton; Boers, 2022), portanto, um grande prestador de serviços ecossistêmicos globais (Oliveira; Canto; Blas, 2023). Além disso, as diversidades biológicas, étnicas e culturais da Amazônia proporcionam cobenefícios e soluções sistêmicas adicionais para manutenção dos ecossistemas globais, face às mudanças climáticas globais e eventos extremos<sup>7</sup> (Oliveira; Canto; Blas, 2023; Restrepo-Coupe et al., 2023; Levis et al., 2024; Bottino et al., 2024; Chen et al., 2024.).

Estima-se que 47% da floresta amazônica estaria em risco de colapso até 2050 (Flores et al., 2024). Segundo Haddad et al. (2024), desde 1975, mais de 69 milhões de hectares de floresta primária foram desmatados. Ainda segundo Haddad et al. (2024), atualmente, 23% da Amazônia Legal já foi desmatada e outros 1 milhão de km<sup>2</sup> foi degradado; colocando a

5 Após muitas críticas e passados mais de dois anos desde a criação do CEAS, houve a formalização da primeira parceria cooperativa. Dia 24 de abril de 2024 a USP e UFPA assinaram o convênio para pesquisas em parceria.

6 Hoje a floresta e os solos amazônicos contêm cerca de  $180 \pm 30$  Gt de carbono (GtC) (Albert et al., 2023).

7 A floresta Amazônica contribui com até 50% das chuvas na região e é crucial para o suprimento de umidade na América do Sul, permitindo que outros biomas e atividades econômicas prosperem (Flores et al., 2024).

região em risco de atingir o “ponto de inflexão”<sup>8</sup>, que poderia colapsar os ecossistemas, liberando bilhões de toneladas de carbono na atmosfera; assim promovendo diversos eventos climáticos intensos e frequentes, por exemplo, tempestades e secas<sup>9</sup>. Cabe assinalar que há aproximadamente seis milhões de pessoas, da Amazônia Legal, diretamente dependentes da floresta para reprodução social e cultural (Lopes et al., 2019). Tais argumentos seriam suficientes para compreender as diversas ações, mecanismos e sistemas de governança global para proteção e defesa da Amazônia.

Esse artigo busca realizar uma reflexão crítica sobre os processos de colonialidades, a partir da criação e ações de centros de estudos, pesquisas e alianças/redes para proteção, conservação e defesa da Amazônia, no contexto de emergência climática. O intuito de forma alguma é negar, deslegitimar e/ou desqualificar a crise climática e as várias formas de combate às desigualdades, injustiças e racismos (climático e ambiental) subjacentes. Pretende-se questionar lógicas e práticas (coloniais) que contribuem para continuidades de estruturas históricas, com base em relações sociais assimétricas, subalternizadas, inferiorizantes, invisibilizadoras e estigmatizadoras. Isso porque, segundo Gonzalez-Casanova (2007, p. 449):

A fortaleza dos centros de poder do capitalismo mundial também se baseia na articulação e combinação de suas próprias forças desde os complexos militares-empresariais e científicos, passando por suas redes financeiras, tecnológicas e comerciais, até a organização de complexos empresariais das chamadas companhias transnacionais e multinacionais que controlam a partir de seus próprios bancos passando por seus meios de publicidade até seus mercados de serviços, mercadorias, territórios e “consciências”.

Assim, é fundamental a criação de “*herramientas conceptuales, técnicas y materiales que permitan resistir el saqueo, tanto de recursos materiales como de personas (manos, cerebros) o, por lo menos, ayudarnos a sobrevivir a él*” (Rivera-Cusicanqui, 2016, p. 3), pois como enfatiza Furtado et al. (2024), o reconhecimento da “emergência climática” vem levando diversos agentes (políticos e econômicos), a partir de mecanismos e processos sociotécnicos e sociopolíticos, a uma oportunidade de acumulação e de legitimação. Portanto, criando uma janela de oportunidades de/para colonialidades, com a “narrativa da necessidade de ‘salvar a região’ e pela suposta capacidade da região de ‘salvar o planeta’” (Furtado et al., 2024, p.4).

---

8 Um ponto de inflexão na mudança climática é quando o clima de um planeta como a terra “muda”, de um arranjo estável de condições climáticas para um outro.

9 O ano de 2023 foi confirmado como o mais quente já registrado, segundo relatório do observatório europeu Copernicus. Pela primeira vez, todos os dias dentro de um ano ficaram 1°C acima do nível pré-industrial de 1850 a 1900 - sendo que, em metade de 2023, os termômetros chegaram a ultrapassar 1,5°C e, em dois dias de novembro, ficaram 2°C mais quentes. Foram as temperaturas mais altas nos últimos 100 mil anos. Em 2023 e 2024, houve inúmeros casos de secas, inundações, ondas de calor, incêndios florestais, tornados e furacões provocados pelas mudanças climáticas. O desastre climático Rio Grande do Sul, no final de abril de 2024, resultou em inundações, enchentes e enxurradas que afetaram mais de 2 milhões de pessoas: atingindo 478 dos 497 municípios gaúchos, deixando mais de 4 mil desalojados e 173 mortos e 38 desaparecidos. Em outubro de 2024, a Espanha foi atingida por um desastre climático, resultando em inundações que deixaram um número elevado de mortos e desaparecidos: o número de mortos confirmados foi de 219, 93 pessoas estavam desaparecidas. A seca na Amazônia, em 2023 e 2024, foram intensas: a seca em 2023 foi a pior registrada em 121 anos, afetando mais de 600 mil pessoas e 150 mil famílias; já em 2024 a seca atingiu 69% dos municípios da Amazônia Legal.

## COLONIALIDADES? A CRIAÇÃO E AÇÕES DE CENTROS DE PESQUISAS E ALIANÇAS/REDES SOBRE A AMAZÔNIA

*En América Latina estamos produciendo hoy la más eficaz y profunda crítica del eurocentrismo, que es un modo de producir subjetividad, imaginario, memoria histórica, es un modo de producir conocimiento que permite ver unas cosas y no ver otras (Quijano, 2010, p. 7-8).*

*La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial / étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia cotidiana y a escala social (Quijano, 2020, p. 395).*

*[a colonialidade] Puesto que se trata de un patrón de dominación/ explotación/conflicto, los habitantes de tal espacio de dominación están, por supuesto, en relaciones de desigualdad respecto del control de recursos de producción y de las instituciones y mecanismos de autoridad, en especial de los mecanismos de violência (Quijano, 2000, p.41)*

*[...] colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais (Maldonado-Torres, 2019, p. 36).*

À medida que os contornos das mudanças em nível planetário se tornaram mais bem compreendidos, novas práticas de governar a natureza surgiram e continuam a se desenvolver. As práticas mais evidentes são os esforços para estabelecer a governança ambiental - em todas as escalas e com diversos atores, regimes e instituições múltiplas (Maglia; Rowe, 2023). Segundo Pohl e Swyngedouw (2023), nas últimas duas décadas, a questão ambiental e sua articulação com as dinâmicas socioecológicas têm sido *mainstream* e as mudanças climáticas, em particular, tornaram-se o núcleo duro em torno do qual circula a problemática e a condição ambiental do planeta. A Amazônia, então nesse contexto tornou-se epicentro das atenções globais.

Para Osborne et al. (2024), Amazônia aproxima-se rapidamente do limiar de 20% de perda da floresta tropical<sup>10</sup>, com isso tende a desencadear um declínio irreversível do ecossistema e empurrar o planeta para um ponto de viragem climática. Segundo Lima et al. (2021), já há sinais de um iminente processo de morte florestal, transformando grande parte da floresta tropical em um ecossistema mais seco, com implicações e eventos climáticos em todo o mundo. Eventos climáticos extremos já observados e sentidos, com ocorrências de secas<sup>11</sup> e a tendência do aumento da intensidade e frequência de secas extremas na Amazônia, com maiores efeitos negativos nos povos tradicionais (Van Passel, 2024), em termos culturais, econômicos, sociais e ancestrais.

Em virtude da crescente situação de crise climática e de degradação ambiental da Amazônia, têm sido lançados planos “verdes” de proteção e conservação da natureza por muitos países, no mesmo contexto de expansão de atividades das indústrias extrativas (Lochery, 2022).

<sup>10</sup> Haddad et al. (2024) afirmam que a Amazônia Legal já atingiu 23% de perda floresta.

<sup>11</sup> Nas últimas décadas, a Amazônia enfrentou secas extremas nos anos de 1982/1983, 1991/1992, 1993, 1994/1995, 1997/1998, 2005, 2010, 2015/2016 e 2023/2024 (Brandão; Arieira; Nobre, 2024).

Muitos desses planos vindos de redes/iniciativas, Ongs e centro de estudos e pesquisas; alguns desses planos, por exemplo, é o projeto Amazônia 4.0. Esse projeto foi concebido pelo Prof. Carlos Nobre, cientista da Universidade de São Paulo (USP), em conjunto com a Profa. Maritta Koch-Weser, presidente da ONG Earth3000 (Amazônia 4.0, 2024).

O objetivo do Amazônia 4.0 é transmitir conhecimento e experiência para potencializar o desenvolvimento de uma nova economia, por meio de cursos e formações diversas, que estimulem, ensinem a inovar por meio dos caminhos apontados pela tecnologia 4.0, os conhecimentos tradicionais e ancestrais dos povos da Amazônia (Amazônia 4.0, 2024).

Amazônia 4.0 inspirou-se no Massachusetts Institute of Technology (MIT), com a premissa de que o conhecimento da Amazônia deve ser uma composição entre ciência, tecnologia, inovação, inclusão e conservação. O instituto tem o objetivo de buscar “soluções criativas”, envolvendo um olhar holístico e transdisciplinar, para os problemas estruturais que resultem no desenvolvimento sustentável da Amazônia (Amazônia 4.0, 2024).

O Amazônia 4.0 tem como missão entregar soluções ambientais para o bem-estar coletivo. Portanto, o Amazônia 4.0 seguiria a compreensão de Bustamante et al. (2023), de que os brasileiros têm a oportunidade de contribuir com soluções inovadoras para as realidades sociais e ambientais do Sul Global. Para isso o eixo-guia do Amazônia 4.0 seria a bioeconomia:

Construir a maior bioeconomia do mundo é um projeto grandioso e sem dúvidas necessita de muita gente trabalhando conosco. Envolvermos atores de diversos setores, convidamos povos locais e trazemos para dentro do nosso leque de conhecimentos a sabedoria tradicional. Foi com nossos apoiadores e colaboradores que chegamos até aqui e será assim que conseguiremos avançar! Com tudo isso e com você! Se a sua empresa/instituição deseja estar conosco (Amazônia 4.0, 2024).

Outro projeto muito semelhante ao Amazônia 4.0 e principalmente do CEAS é o projeto Amazônia 2030. É uma iniciativa de pesquisadores brasileiros para desenvolver um plano de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira, como forma de alcançar um patamar de maior desenvolvimento econômico e humano, atingindo o uso sustentável dos recursos naturais em 2030. Seria elaborado e implementado após observação de experiências de êxito comprovado, com rigor e independência, para em seguida apontar soluções para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O projeto iniciou em 2020, com a coleta e sintetização do “melhor” do conhecimento da academia e das experiências bem-sucedidas, desenvolvidas por empresários, empreendedores e agentes públicos. Constitui uma iniciativa conjunta do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e do Centro de Empreendedorismo da Amazônia, com a Climate Policy Initiative (CPI)<sup>12</sup> e o Departamento de Economia da PUC-Rio (Amazônia 2030, 2024).

É inquestionável que tais centros de estudos e pesquisas sobre Amazônia, que vem sendo instalados no Brasil e no mundo, têm produzido um acervo significativo de conhecimentos, promovendo uma radiografia das dinâmicas socioeconômicas e ambientais. Porém, há um processo de colonização de pensamentos e ações: com o “encobrimento do outro” (de

---

<sup>12</sup> A CPI é uma organização de análise e consultoria com profundo conhecimento em finanças e políticas. A missão da CPI é ajudar governos, empresas e instituições financeiras a impulsionar o crescimento econômico enquanto lidam com as mudanças climáticas. Nossa visão é construir uma economia global sustentável, resiliente e inclusiva.

pesquisas, pesquisadores(as) e instituições amazônicas) e promovendo a manutenção de relações de poderes. Cabe enfatizar que tais centros incluem parcerias e/ou incluem pesquisadores(as) amazônicos, como grupo de consultores e/ou como membros minoritários e em níveis de hierarquias inferiores.

Relacionado a isso, o então reitor da UFPA, Emmanuel Zagury Tourinho, ao receber o pesquisador Paulo Artaxo, diretor Centro de Estudos da Amazônia Sustentável (CEAS), em junho de 2023, fez uma significativa crítica:

Pesquisadores da região são procurados para atuar em projetos sem protagonismo intelectual, como coletadores de dados que são apropriados e usados por outras instituições para produção científica de ponta. Hoje não aceitamos mais parcerias que não sejam igualitárias e garantam o protagonismo da ciência produzida na região.

Nossas instituições e pesquisadores da Amazônia lutam em fóruns nacionais por uma distribuição equitativa dos investimentos em educação e ciência e pelo fim das assimetrias históricas nessa partilha de recursos. Apesar de representarmos 10% do Produto Interno Bruto e da população do país, não recebemos nem 5% dos investimentos em ciência e tecnologia. A UFPA, por exemplo, recebe menos recursos para o ensino e para a pesquisa que outras instituições de igual ou menor porte, mesmo sediada em uma região cujos custos operacionais e de pesquisa são muito acima dos do Sul e do Sudeste. Estamos em um momento de luta por visibilidade e simetria na distribuição dos recursos. Nosso esforço para criar condições e apoio para a consolidação das instituições da Amazônia não é um esforço só pela região, é por todo o país. O Brasil todo ganha com o fortalecimento da pesquisa na Amazônia, com o protagonismo das instituições da Amazônia em cooperação com todo o país e com outras nações. Queremos ter parceiros que compreendam isso. Por essa razão, buscamos colaborações em que tenhamos a liderança intelectual de projetos e em que os recursos entrem para os grupos de pesquisa sediados na região (UFPA, 2024, s.p.).

Como bem enfatiza González-Casanova (2002):

*tenemos que cultivar la precisión y la claridad como el arte de la coherencia entre lo que se dice y hace, y el de la cohesión con las “víctimas”, o con los “oprimidos”, o con los “condenados de la tierra”. Coherencia y cohesión son tanto más necesarias en tanto los movimientos alternativos están pasando de una “lucha contra el neoliberalismo y por la humanidad” a una guerra de las fuerzas dominantes y los complejos militares-industriales “por el neoliberalismo y contra la humanidad”* (González-Casanova, 2002, p. 13).

Apesar de “novos” (supostos) ciclos de parcerias, cooperações e convênios, há infelizmente a construção simbólica e política de um “colonialismo interno-externo”. Isso porque: i) o centro de pesquisa está instalado em uma região geográfica não amazônica, no caso do CEAS; ii) há continuidade de assimetrias da liderança intelectual de projetos, principalmente na gestão de recursos e capital político e simbólico; iii) a estrutura de pensamento são externos, notadamente eurocêntricos. Tal configuração é reprodutora de relações de poderes e hierarquia social, promotora do epicentrismo político, econômico, cultural e científico, que historicamente foi construído e ventilado para a Amazônia.

Relações de poder e epicentrismo científico que vem alimentar as já muitas teorias, obras e autores (as), que ainda permanecem fortemente, em universidades amazônicas, a partir de muitos pesquisadores (as): Bertha Becker, José de Souza Martins, Otávio Guilherme Velho, Octávio Ianni, Ariovaldo Umbelino Oliveira e Carlos Walter Porto Gonçalves. Autores (as)

esses que são muito citadas, lidas e recomendadas para interpretar o momento recente. Esses Autores (as) que trouxeram contribuições para o espaço-temporal específico no momento histórico e (geo)político. Isso contribuiu e vem contribuindo: i) na fragilidade e insuficiência de esquadrihar e analisar novos agentes, geoeconomias, geopolíticas, multinacionais, fundos e gestores de investimentos atuando na Amazônia e suas ações em múltiplas escalas; ii) reforço do eclipse de pesquisas, pesquisadores (as) e universidades amazônicas assim como alimentando uma/a condição colonial de consumo, de fazeres e de conhecimentos, baseado na retórica: “Tudo que é verdadeiro e bom, é e vem de fora!”.

Esse tipo de condição colonial pode ser expressado em uma situação particular, vivenciada pelo autor desse artigo, em um evento ocorrido dia 04 de março de 2024, na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), do qual participávamos como palestrante. Após terminar a palestra, algumas pessoas questionaram dados apresentados por nós, acerca da quantidade de portos que há no médio Tapajós e em operação; mesmo com projetos e pesquisas continuadas (10 anos de pesquisa sobre a região) e *in loco*. O questionamento enquanto debate é frutífero, mas quando o questionamento só cessa quando um membro de uma Ong fala que suas pesquisas confirmam meus dados apresentados. Portanto, não houve debate, houve um tratamento e uma abordagem que nos viu como criança, isto é, “crianças como seres sem autonomia, como pessoas que só serão gente quando crescerem e produzirem economicamente” (Núñez, 2023, p. 116). Há “uma negação sistematizada do outro, uma decisão de recusar ao outro [...]”; o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: quem sou eu na realidade?” (Fanon, 1968, p. 212).

A credibilidade nossa só veio depois de uma confirmação por uma organização política externa: foi uma espécie de certificação científica. Caso não tivéssemos recebido tal certificado pairava a dúvida, o questionamento e o descrédito. É fundamental compreendermos que alguns gestos (percebidos), “humanos” e despretensiosos, carregam pensamentos coloniais (Núñez, 2023); e isso designa quem é colonizador e quais existências são colonizadas (Núñez et al., 2020): literalmente uma caravela epistêmica (Núñez, 2024), uma prática colonialista de negar conhecimentos dos territórios e de pessoas desses territórios e apresentá-los nos seus estudos como grandes novidades, uma descoberta.

Tal prática é observável em muitos pesquisadores(as), grupos de pesquisas universitários, empresas, iniciativas/redes, agências de notícias (com *pod cast* e documentários) e também “algumas” Ongs. Como assevera Xacriabá (2020, n.p.) acerca dos saberes tradicionais e indígenas: “não basta apenas reconhecer os conhecimentos tradicionais, é necessário também reconhecer os conhecedores”; caso contrário, há a promoção de um “extrativismo epistêmico”: que “es el saqueo de ideas para mercadeirlas y transfórmalas en capital económico o para apropiárselas dentro de la maquinaria académica occidental com el fin de ganar capital simbólico”<sup>13</sup> (Grosfoguel, 2016b, p. 132-133).

Ainda sobre tudo isso, Rivera-Cusicanqui (2010, p. 63) argumenta que “*La estructura ramificada del colonialismo interno-externo tiene centros y subcentros, nodos y subnodos,*

13 A definição de “extrativismo epistêmico”, destacado por Grosfoguel (2016b), baseia-se nas reflexões de Lianne Betasamosake Simpson e Silvia Rivera Cusicanqui (com afirmação do Grosfoguel sobre influência sobre tal definição). Lianne Betasamosake Simpson, intelectual indígena do povo Mississauga Nishnaabeg, Canadá, em seu pensamento, estendeu o conceito de “extrativismo econômico” a novos territórios epistêmicos para caracterizar uma atitude frente ao conhecimento marcada por práticas de dominação colonial: o extrativismo. Nessa mesma linha de ideias, Silvia Rivera Cusicanqui, intelectual boliviana, vinculada ao povo Aymara, chama atenção para o exercício do “extrativismo epistêmico” (Barbosa, 2018).

*que conectan a ciertas universidades, corrientes disciplinarias y modas académicas del norte, con sus equivalentes en el sur*”. Ainda como assevera Revera-Cusicanqui (2010, p. 62): “No puede haber un discurso de la descolonización, una teoría de la descolonización, sin una práctica descolonizadora”.

Todo esse contexto (e dinâmicas) conecta-se a processos de disputas e lutas constantes por recursos, produtos e capitais (simbólico, político, cultural e econômico) que estão inseridos a uma nova e robusta janela de poderes e capitais. Isso porque são trilhões de dólares para financiamentos, empréstimos e investimentos para proteção e conservação da Amazônia para as próximas três décadas; ainda mais no contexto mundial de Conferência das Partes (COP), a COP 30, na Amazônia, no estado do Pará, Belém, em 2025. Segundo, por exemplo, o Relatório do Banco Mundial, Equilíbrio Delicado para a Amazônia Legal Brasileira, é fundamental investir cerca de R\$ 1,5 tri por ano em políticas para a Amazônia. Em 2021, na COP26, investidores representando US\$ 130 trilhões de capital privado se comprometeram a trabalhar pela estabilidade climática e apoiar transições para uma economia líquida zero e impedir o desmatamento da Amazônia (Amazon Investor Coalition, 2024).

Assim, a incorporação de uma agenda ambiental global, principalmente de uma agenda de conservação e proteção da Amazônia, é bastante sedutora, tanto para estados-nações, bancos, fundos, multinacionais e gestoras de investimentos, como para governos, Ongs, universidades, instituições de pesquisa e alianças/redes.

## **“A CONSTRUÇÃO DA SOLUÇÃO SÓ PODERÁ SER ALCANÇADA POR UM COLETIVO DE ORGANIZAÇÕES DE MÚLTIPLAS NATUREZAS”<sup>14</sup>: ALIANÇAS/REDES SOBRE AMAZÔNIA**

A colonização não acabou, ela continua e se atualiza no [“mundo”] contemporâneo (Núñez, 2023, p. 107).

A colonização não acabou. Ela continua, atualizada. Um dos seus eixos centrais é o gesto de nomear o mundo, não em uma designação qualquer, mas uma binária e, portanto, hierárquica. Esta nomeação, embora se proponha descritiva, é inventiva e criativa de uma realidade que lhe é conveniente (Núñez et al., 2020, p. 159).

Contra-insurgência é um tipo de guerra — ‘de baixa intensidade’ ou ‘assimétrica’ — e um estilo de guerra que enfatiza redes de inteligência, operações psicológicas, manipulação da mídia, provisão de segurança e desenvolvimento social para manter a legitimidade governamental e/ou extrativista (Dunlap, 2023, p. 41).

A Amazônia está atraindo atenção global face à possibilidade de que o sistema florestal amazônico possa em breve atingir um ponto crítico, induzindo um colapso em larga escala (Flores et al., 2024). A situação é complexa e urgente, impossível de invisibilizar e mascarar; em resposta a isso, há um processo mobilizativo de muitos governos, empresas, organismos multilaterais, fundações e organizações da sociedade civil, assim como formas de governança ambiental em multinível.

<sup>14</sup> Fala de José Roberto Marinho (Grupo Globo), presidente do Instituto Humanize, em 2020 (Marinho, 2024).

Tipologia de governança essa que seria capaz de envolver *stakeholders* locais, nacionais e internacionais de diversos grupos e assim contribuir para o processo de conservação ambiental. Logicamente que tais processos não são totalmente consensuais, pois esse modelo de governança é composto por múltiplos atores que possuem interesses, visões e atuações incoerentes e contraditórias (Loconto; Prudham; Wolf, 2024). Até por isso, emergem diversas resistências a tal governança, devido: i) ao protagonismo e condução de agendas capturadas pelo setor corporativo, especialmente de indústrias verdes, bancos, fundos e gestores de investimentos verdes (“ecogovernamentalidade”); ii) soluções sociotécnicas baseadas no mercado e no projeto neoliberal de estados-nações (Loconto; Prudham; Wolf, 2024); iii) ocultamento da raiz do problema (processos capitalistas históricos); e, iv) ao estímulo de lógicas rentistas e financeirizadas, sobretudo, da natureza e de territórios<sup>15</sup>.

Como enfatiza Dupuits et al. (2020), esforços multiescalares para defender os bens comuns locais expressam-se em relações desiguais de poder. Um exemplo de relações desiguais e colonialidades é com relação aos povos indígenas. Eles continuam: i) entre os mais impactados por histórias de desapropriação e genocídio; ii) estarem entre os mais afetados e vulneráveis (e menos responsáveis) pelas mudanças climáticas (Whyte, 2020). Porém, são os que mais lutam contra as pressões extrativas em seus territórios e são marginalizados e subvalorizados nas arenas políticas nacionais e internacionais, de decisões políticas e na agenda climática global.

Segundo Resurrección (2024), à medida que os eventos extremos climáticos vêm se ampliando, os esforços, a conscientização, a ação e políticas globais. Com isso, vêm emergindo novos agentes/atores como forma de construir soluções às mudanças climáticas. Entre esses novos agentes/atores estão redes/alianças (que se autodenominam como iniciativas), que buscam contribuir para a promoção de outro modelo de desenvolvimento, de democracia participativa e de justiça social, principalmente sobre/para a Amazônia. Entre tais iniciativas/redes sobre/para a Amazônia estão: Parceiros Pela Amazônia (PPA), Amazon Investor Coalition, Instituto Arapyaú e Uma Concertação pela Amazônia. Concentrando seus esforços em pesquisa, financiamento e a proposição de agendas de desenvolvimento territorial, conforme o Quadro 1.

---

<sup>15</sup> Mais recentemente, as abordagens neoliberais à conservação reconceitualizaram o ambiente biofísico como um recipiente de serviços ecossistêmicos e de “capital natural”, apoiando-se em instrumentos financeiros e investimentos privados para financiar a conservação, por meio do mercado (Milgroom; Claeys, 2024).

**Quadro 1:** principais alianças/redes em prol da defesa da Amazônia, objetivos e ano de criação

| <b>Alianças/redes</b>                    | <b>Objetivo e visão</b>  | <b>Ano da criação</b> |
|--|--|-----------------------|
| Plataforma Parceiros Pela Amazônia (PPA) | Iniciativa de ação coletiva multissetorial que visa desenvolver e identificar soluções inovadoras e tangíveis para o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade, florestas e recursos naturais da Amazônia brasileira. Busca alavancar investimentos de impacto socioambiental positivos na Amazônia brasileira, compartilhar boas práticas e fomentar parcerias inovadoras que integrem todos os setores da sociedade. Atuando como catalisadora de parcerias multissetoriais, a PPA possui um portfólio de programas e projetos que estimulam o Desenvolvimento Territorial e o fortalecimento de Negócios de Impacto Socioambiental na Amazônia.   | 2017                  |
| Amazon Investor Coalition                | É uma plataforma global de aprendizagem e colaboração que une filantropos, investidores e compradores corporativos com produtores locais da Amazônia, organizações sem fins lucrativos, governos e aliados. Os objetivos da Coalizão são: i) aumentar e melhorar os investimentos filantrópicos e com fins lucrativos em economias favoráveis às florestas e ao Estado de direito; e, ii) apoiar sistemas de financiamento de conservação que sustentem pessoas e florestas em toda a região amazônica. Une filantropia, investimento e compras corporativas para catalisar uma nova economia para regeneração, descarbonização e conservação de ecossistemas. A Amazon Investor Coalition busca conectar investidores com oportunidades, inscrevemos doadores em causas e apoiamos o <i>sourcing</i> corporativo. | 2020                  |

|   |  |                    |
|---|--|--------------------|
| Uma Concertação pela Amazônia   | <p>Rede plural e apartidária como um espaço democrático de debate para que diversas pessoas e iniciativas que atuam em prol da região pudessem se encontrar, dialogar, articular e ampliar o impacto de suas ações. O objetivo da iniciativa é conectar diferentes indivíduos, organizações e iniciativas envolvidos com a Amazônia para consolidar aprendizados sobre a região e sugerir propostas de ações com foco em sustentabilidade e justiça social – em benefício, principalmente, dos que moram na região. Reúne mais de 700 líderes, entre representantes dos setores público e privado, academia, sociedade civil, indígenas, artistas e jornalistas, que se juntaram para buscar caminhos de desenvolvimento e ações concretas para a floresta e as pessoas que vivem no território.</p> | 2020               |
| Instituto Arapyaú   | <p>O Instituto Arapyaú é uma instituição filantrópica brasileira que promove o desenvolvimento baseado na valorização das dimensões natural, social e econômica. O instituto busca articular e mobilizar a sociedade civil, filantropia, academia, setor público e privado para fomentar redes transformadoras capazes de criar soluções sistêmicas e escaláveis, que respondam a desafios como as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade. O Arapyaú acredita em uma proposta de sustentabilidade capaz de colocar as pessoas no centro das decisões, conciliando a agenda econômica com a agenda ambiental e social. Essa premissa reflete em nosso jeito de ser, atuar e nos reconhecimentos que recebemos.</p>   | 2020 <sup>16</sup> |
| <p>Fonte: Amazon Investor Coalition (2024), Instituto Arapyaú (2024), Uma Concertação Pela Amazônia (2024) e Plataforma Parceiros Pela Amazônia (2024).</p> |  |                    |

16 O instituto foi criado em 2008, contudo, inserimos o ano de 2020, no Quadro 1, pois é quando o Instituto concentra a atuação na Amazônia Legal, com apoio na criação Uma Concertação pela Amazônia.

Há muitos discursos e retóricas que vêm sendo cunhadas, a fim de propor mudanças estruturais, institucionais e políticas, com a intenção de reverberar em mudanças sistêmicas na dinâmica e na realidade social concreta da região amazônica. De maneira muito semelhante, as quatro redes supracitadas defendem riqueza a partir de “florestas em pé”, como o estímulo à bioeconomia, como forma de impulsionar o crescimento econômico dentro dos objetivos da política ambiental global<sup>17</sup> (Gardossi et al., 2023), concomitantemente com a geração de renda, a valorização da cultura e dos saberes da região. Além da suposta capacidade de promover uma transição justa para modelos econômicos de baixo carbono e contribuir para a conservação da biodiversidade.

A bioeconomia é uma dimensão política e econômica defendida pelas quatro iniciativas. Dimensão essa que sai do debate acadêmico e se materializa como debate político, sobretudo, como agenda política global, já que foi assim que surgiu<sup>18</sup>. Assim, observam-se discursos e narrativas da crença da bioeconomia como projeto principal para conservação ambiental global. Ela vem moldando visões, comportamentos, promovendo mudanças institucionais e “transformando realidades sociais”. Alinhando-se à lógica e compromentimentos mercantis ou das manobras calculistas do campo econômico, portanto, tendo origem e interesse, consequentemente funcionamento e mudança segundo o campo econômico (Bourdieu, 2004).

Essa agenda política global tornou-se panaceia. Tomada como apego incondicional. Esse apego à bioeconomia como solução e salvação planetária<sup>19</sup> é observável nos “investimentos” dessas redes; como também o reflexo na construção de planos de bioeconomia, como no caso do estado Pará, em 2022 (no seu Plano Estadual de Bioeconomia). O argumento-guia da bioeconomia é de conciliar a dimensão socioambiental e econômica, com base nos recursos da natureza, para o enfrentamento às mudanças climáticas (já posto como retórica na/para COP 30, em 2025, em Belém do Pará). Retórica e ações adotadas principalmente porque os produtos compatíveis com a floresta - como pimenta-do-reino, castanhas, café, cacau, artesanato e dendê, entre outros - movimentam cerca de R\$ 150 bilhões anuais (Brasil,

---

17 Para Proestou, Schulz e Feindt (2024), a bioeconomia baseia-se em três visões: biotecnologia, biorecursos e bioecologia. A visão de biotecnologia se concentra no crescimento econômico e na criação de empregos, por meio da inovação tecnológica, engenharia genética, comercialização de pesquisa e tecnologia, um foco em ciências da vida e aplicações de saúde. A visão de biorecursos se concentra na produção e uso eficientes de biomassa, cujo centro dessa visão estão novas culturas, novos produtos e cadeias de valor. Já a visão de bioecologia concentra-se no uso sustentável de recursos naturais, por meio de abordagens biomassa de alta qualidade e produtos com identidade territorial, economia circular em escala regional, conservação de ecossistemas e biodiversidade, sustentabilidade e participação social nos processos de transição da bioeconomia.

18 Bioeconomia surgiu como conceito, debate político e agenda política nos países do Norte global. A partir de uma série de conferências na União Europeia: a primeira, em Bruxelas, “Novas perspectivas na bioeconomia baseada no conhecimento”, em setembro de 2005; a segunda em Colônia, “A caminho da bioeconomia baseada no conhecimento”, do qual foi apresentado o documento conhecido como The Cologne Paper, que planejava uma estratégia de desenvolvimento para os próximos 20 anos, descrita como “Uma bioeconomia baseada no conhecimento”. O processo foi consolidado em 2010, com a publicação do documento “A Bioeconomia Europeia em 2030”, e com o lançamento da “Estratégia Europeia de Bioeconomia”, em fevereiro de 2012, com o título de “Inovação para o crescimento sustentável: uma bioeconomia para a Europa”.

19 Para Mignolo (2027), a lógica da colonialidade sempre se baseou na retórica da modernidade: especificamente, nos termos da salvação, progresso, desenvolvimento, modernização e da democracia.

2024). Segundo Bergamo et al. (2022), espera-se que até 2040 o estado do Pará sozinho possa gerar até US\$ 35 bilhões em receitas associadas à bioeconomia.

Apego ainda verificado na esfera governamental federal, do Programa Cadeias Produtivas da Bioeconomia, instituído pela Portaria MCTI nº 3.877, de 09 de outubro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; mais recentemente promovido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Esse último com o lançamento, em junho de 2024, da Estratégia Nacional de Bioeconomia, incluindo seções sobre economia da sociobiodiversidade, bioindustrialização, biomassa e práticas agrícolas. Cabe destacar que esse afã pela bioeconomia se deve, sobretudo, com resultado do estudo, publicado em 2022, intitulado “Identificação das Oportunidades e o Potencial do impacto da bioeconomia para a descarbonização do Brasil”, produzido pela Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), que apontou a bioeconomia, no Brasil, pode gerar um faturamento industrial anual de US\$ 284 bilhões até 2050.

Tais ações se articulam com o acordo entre Brasil e França, assinado pelos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da França, Emmanuel Macron, em março de 2024. Um acordo que prevê o investimento de 1 bilhão de euros (mais de R\$ 5,4 bilhões) na bioeconomia da Amazônia brasileira e da Guiana Francesa (“Plano de ação sobre a bioeconomia e a proteção das florestas tropicais”), cujo plano de investimentos buscará arrecadar recursos públicos e privados para a bioeconomia da região nos próximos quatro anos.

Isso inclui um grande plano de iniciativas de bioeconomia no âmbito da presidência brasileira do G20, bem como investimentos de órgãos públicos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Brasileiro de Desenvolvimento (BNDES). A agenda da bioeconomia foi adotada por diferentes ministérios governamentais no Brasil, incluindo o Plano intersetorial de Transformação Ecológica. A revigorada política antidesmatamento brasileira apoia-se fortemente na bioeconomia como uma alternativa mais sustentável a outros modelos ultrapassados de desenvolvimento econômico. As ONGs, os governos federal e estadual, bem como as empresas privadas estão a trabalhar para promover a bioeconomia, alegando que esta proporcionará ecossistemas saudáveis e beneficiará as populações locais (Ferreira et al., 2024, s.p.).

Ainda sobre bioeconomia, Virgílio Viana, superintendente geral da Fundação Amazônia Sustentável (FAS)<sup>20</sup>, faz a seguinte indagação e afirmação sobre a bioeconomia na Amazônia: “Quem são os guardiões da bioeconomia amazônica? A meu ver são os povos indígenas e as populações tradicionais” (FAS, 2024a). Cabe destacar que os povos tradicionais já desenvolvem práticas socioculturais e econômicas ancestrais milenares, não predatórias nos ecossistemas em que vivem (as terras indígenas são ‘menos degradadas’

---

20 É uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio de programas e projetos nas áreas de educação e cidadania, saúde, empoderamento, pesquisa e inovação, conservação ambiental, infraestrutura comunitária, empreendedorismo e geração de renda. A FAS tem como missão contribuir para a conservação do bioma pela valorização da floresta em pé e de sua biodiversidade e pela melhoria da qualidade de vida das populações da Amazônia. Por meio da valorização da floresta em pé e de sua sociobiodiversidade, a FAS desenvolve trabalhos que promovem a melhoria da qualidade de vida de comunidades ribeirinhas, indígenas e periféricas da Amazônia.

e seus ecossistemas são mais preservados)<sup>21</sup> (Arango-Vásquez, 2024), mesmo após séculos de genocídio e epistemicídio (Levis et al., 2024b). Portanto, não precisam de técnicas e tecnologias, pois já possuem, assim como não têm interesse em exportar. A preocupação dos indígenas é, sobretudo: i) a garantia dos direitos fundamentais constitucionais e humanos; e, ii) a punição de agentes territoriais que degradam e cometem crimes ambientais e violências nos territórios tradicionais (Rodrigues; Campos; Santana Jr, 2022).

A afirmação de Virgílio Viana, aliás, não se sustenta, ou se sustenta em termos legítimos, já que segundo Proestou, Schulz e Feindt (2024), há discursos e ações para promover, legitimar e capitalizar a bioeconomia, em especial de governos e empresas. Porém, além de algumas ONGs, governos e cientistas, há outra rede propagando a bioeconomia como panaceia: a Hub de Bioeconomia Amazônica. Esta iniciativa foi criada em 2020, a partir da articulação entre a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e a Green Economy Coalition (GEC) (FAS, 2024b).

O GEC estimula e apoia reformas estruturais e ações na produção da crença de que economias verdes “são possíveis, necessárias e realizáveis”<sup>22</sup>, com o endosso da OCDE, PNUMA, PNUD, OIT e Global Green Growth Institute<sup>23</sup> e aconselhamento do Banco Mundial. Desde 2016, codesenvolveu oito centros de diálogo no Brasil, Índia, Peru, Mongólia, Senegal, África do Sul, Uganda e Caribe.

Assim, o GEC propaga a economia verde pelo planeta. Seu discurso e ação se conectam com a “Iniciativa Economia Verde”. Iniciativa lançada pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (Pnuma), bem em meio à eclosão da crise financeira, no segundo semestre de 2008, com um forte apelo a um novo paradigma para a retomada do crescimento da economia mundial. A fim de mobilizar e reorientar a economia global para investimentos em tecnologias limpas e infraestrutura ‘natural’, como as florestas e solos, é a suposta melhor aposta para o crescimento efetivo, o combate às mudanças climáticas e a promoção de um boom de emprego no século 21 (Almeida, 2012).

Para Almeida (2012):

A proposta de economia verde não oferece resposta para a preocupação da economia ecológica com a definição de escala sustentável, isto é, com a necessidade de restringir o crescimento econômico para torná-lo compatível com os limites biofísicos dados e, assim, evitar, ou melhor, postergar a catástrofe ecológica prenunciada pelo acúmulo de desequilíbrios termodinâmicos ao longo do tempo. A inclusão dos serviços

21 Hoje as terras indígenas são responsáveis por algumas das proteções mais eficazes contra o desmatamento regional na Amazônia. Os territórios indígenas cobrem 45% das florestas intactas da Amazônia, enquanto representam apenas 2,6% das emissões de carbono da Amazônia (Osborne et al., 2024). Segundo Mattos et al. (2024), 80% das áreas de produção agrícola no Brasil recebem chuvas formadas em áreas florestais indígenas. Portanto, os territórios indígenas são de vital importância para manter a produção agrícola assim como diversidade biocultural, os ecossistemas e as condições climáticas da Amazônia (Levis et al., 2024b).

22 Green Economy Coalition é governada por um Steering Group, que se reúne a cada dois meses para decidir sobre questões estratégicas e de gestão, e é coordenada por uma pequena Secretaria sediada pelo International Institute of Environment and Development, em Londres, e pelo Finance Watch em Bruxelas. Steering Group está inserida na Displacement do Secretário-Geral da ONU (GEC, 2024).

23 O Global Green Growth Institute (GGGI) é uma organização internacional intergovernamental baseada em tratados, dedicada a apoiar e promover um crescimento econômico forte, inclusivo e sustentável em países em desenvolvimento e economias emergentes (GGGI, 2024).

ecossistêmicos como um dos setores estratégicos na transição para uma economia verde e a proposta de revisão da contabilidade nacional para sinalizar a depleção dos recursos naturais e a degradação ambiental provocada pelo aumento de poluição revelam em alguma medida a preocupação com a escala (in)sustentável (Almeida, 2012, p. 95).

Economia verde está relacionada (com) à bioeconomia, pois buscaria conjugar crescimento econômico com desenvolvimento sustentável, ou seja, não impondo nenhum limite ao crescimento, à degradação ambiental e ao regime econômico parasitário capitalista, sobretudo, o financeirizado. Segundo Mignolo (2017, p. 8):

A “colonialidade” envolveu a “natureza” e os “recursos naturais” em um sistema complexo de cosmologia ocidental, estruturado teologicamente e secularmente. Também fabricou um sistema epistemológico que legitimava os seus usos da “natureza” para gerar quantidades maciças de “produtos” agrícolas, primeiro, e quantidades maciças de “recursos naturais” após a Revolução Industrial. O primeiro ainda foi o período da regeneração; com o segundo, entramos no período da reciclagem. A revolução industrial e tecnológica também possibilitou a industrialização de “produtos” agrícolas e a mercantilização do alimento e da vida.

Capitalismos financeirizados que já são identificados em ações de redes, em particular pelo Instituto Amazônia+21<sup>24</sup>. O Instituto criou o *Facility* de Investimentos Sustentáveis. O *Facility* de investimentos é uma estrutura que utiliza o *Blended Finance*<sup>25</sup> para aumentar as oportunidades de investimentos de impacto positivo, com governança, transparência, retorno financeiro, segurança jurídica e *compliance*, bem como mecanismos de balancear a relação risco-retorno da atuação em novos mercados (Instituto Amazônia+21, 2024).

O *Facility* de Investimentos Sustentáveis (FIS) foi pensado e desenvolvido ao longo de 2023, pelo Instituto Amazônia+21 e o *Blend Group* (BG)<sup>26</sup>. Em seu primeiro ciclo de investimento (com duração de três anos), a meta é mobilizar mais de R\$ 600 milhões entre capitais concessionais e comerciais. Pretende movimentar 4 bilhões de reais em 10 anos de atividades estruturadas em 3 ciclos (Instituto Amazônia+21, 2024).

---

24 É uma organização da sociedade civil de iniciativa da Confederação Nacional da Indústria e da Ação Pró-Amazônia, associação formada por nove federações das indústrias dos estados da Amazônia Legal, para promover negócios sustentáveis na região e contribuir para o seu desenvolvimento econômico sustentável, com foco na valorização da diversidade social, ambiental e econômica da Amazônia (Instituto Amazônia+21, 2024).

25 O *blended finance*, também chamado de financiamento misto, é uma forma de investimento que une recursos públicos, de fomento ou filantrópicos a capital privado, com objetivo de financiar projetos de impacto positivo social, ambiental ou de desenvolvimento econômico. A modalidade se destaca no financiamento sustentável ao contribuir para o alcance dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU).

26 Empresa-organização que utiliza estratégias de financiamento combinadas para atrair investimentos de capital para grandes projetos de urbanização sustentável, habitação, infraestrutura, tecnologia, inclusão social, segurança alimentar e conservação ambiental. Além de montar operações financeiras com base em estratégias sistêmicas de redução de risco, considerando aspectos de estabilidade institucional, segurança jurídica, desempenho econômico e impacto significativo (BG, 2024). Dialoga com o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital (UNCDF), ONU-Habitat, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), entre outros.

O plano e o apego a bioeconomia, portanto, possui ilusões, contradições e falácias. Primeiro, não se resolve o problema estimulando o sistema e o regime que promoveu tais configurações de crises sistêmicas e socioecológicas, no caso, o capitalismo, baseado em soluções verdes, economia verde. Para Dunlap, Verweijen e Tornel (2024), tais soluções baseiam-se em um extrativismo verde, que constitui um sistema de desenvolvimento extrativo que aproveita as alterações climáticas e outras crises socioecológicas, como oportunidades de geração de lucros e de reformulação de marca-discursos “verdes”, que funcionam como engrenagens e ações para expandir as relações capitalistas, o controle de terras e o extrativismo natural, assim, intensificar o desenvolvimento modernista e a acumulação de riqueza. A economia verde, segundo Dunlap (2023) é a continuidade, do crescimento econômico e dos lucros corporativos, portanto, um caminho em direção à catástrofe ecológica e climática<sup>27</sup>.

A segunda ilusão e contradição são do interesse do financiamento à conservação da Amazônia, inserida como proposta humanitária. Os agentes financiadores são grandes corporações, multinacionais, bancos, organismos multilaterais, estados-nações, fundos e gestores de investimentos. Agentes estes que se reproduzem baseados no lucro, por meio de empréstimos e parcerias de investimentos. Suas ações cunham-se em agendas políticas centradas na construção da região como recurso, estoque de recursos, uma fronteira de recursos: assim, a biodiversidade é “lançada” como um conjunto de recursos a serem usados, conservados ou restaurados (Levis et al., 2024b). Collins et al. (2021) afirmam que as políticas de conservação contemporâneas e baseadas no mercado são construídas como fossem racionais, neutras e apolíticas, porém, como enfatiza Gonzalez-Casanova (2007), às vezes usam-se argumentos ou temas sensíveis (no caso, as mudanças climáticas), ou de cunho revolucionário, para legitimar políticas conservadoras e mercantis.

Há outras ilusões, contradições e falácias que essas quatro redes/iniciativas supracitadas cometem, ao defender e difundir a bioeconomia. Isso porque os estímulos à bioeconomia não levam em consideração o tempo, temporalidades e ritmos da floresta, dos povos e a expansão da exploração de produtos florestais. Portanto, não se reconhecem as limitações desse sistema extrativo, o solo, baixa produtividade, baixos retornos sobre o trabalho, escassez de mão de obra. Um exemplo disso é a produção do fruto do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) - o “produto da bioeconomia” mais proeminente na região e o primeiro a ultrapassar um valor de mercado de US\$ 1 bilhão, porém a rápida expansão levou à erosão da biodiversidade e à vulnerabilidade social após a intensificação da gestão e do cultivo (Ferreira et al., 2024). Segundo Laurindo et al. (2023), anualmente, o Brasil gera mais de 9 bilhões de dólares em receitas com o açaí.

Além disso, não há nenhum tipo de preocupação com os efeitos do capitalismo, quando há o aumento da demanda do mercado (Clement et al., 2024) e problemas sistêmicos: conflitos, concentração fundiária, expropriações e grilagem de terras. Por fim, não se questiona

---

27 A economia verde, para Dunlap (2023), é uma contrainsurgência, isto é, o produto de inúmeras instituições científicas, governamentais e corporativas, o que resulta na aceitação e/ou aquiescência do capitalismo verde como uma solução socioecológica viável. É segundo Dunlap (2023) uma política, à fabricação de um discurso e um aparato sociotécnico de controle político para reforçar e afirmar os imperativos estatais e econômicos, enquanto fragmenta, atenua e pacífica seus detratores reais, imaginários ou potenciais, ou como “uma continuação da guerra por outros meios” (Dunlap; Fairhead, 2014).

ou se debate o capitalismo de combustíveis fósseis, modelos neoliberais financeirizados de crescimento e desenvolvimento e “estilos” de vida predatórios (Sultana, 2022), que acabam por sufocar sistemas e onto-epistemologias ancestrais.

Outro efeito do capitalismo da bioeconomia, por exemplo, no contexto da comercialização e exportação do açaí (um dos alimentos principais dos/das amazônidas), é o fato de aproximadamente  $\frac{1}{4}$  dos domicílios particulares nas regiões Norte (23,7%) estarem sob insegurança alimentar. Indicando uma grande quantidade de moradores vivendo com preocupação ou incerteza da manutenção do acesso aos alimentos, o que pode comprometer a qualidade da dieta e a sustentabilidade alimentar da família (IBGE, 2024).

Há contradições, por meio do silêncio dessas quatro redes/iniciativas supracitadas, no que tange à produção de agenda política e de governança ambiental global, induzidas e/ou “conduzidas” por muitas multinacionais, bancos, fundos e gestores de investimentos. Além disso, essas quatro redes/iniciativas ao endossarem tal agenda, contribuem: não alinhamento a transições energéticas justas e plurais, capazes não só de construir autonomias, mas, sobretudo, que permita e estimule os agentes dos territórios amazônicos sejam capazes de desafiar as políticas públicas, os espaços oficiais de decisão (Paz Aedo, 2023).

Essas iniciativas/redes também contribuem na invisibilização de iniciativas e projetos já existentes e bem-sucedidos, que envolvem indivíduos, comunidades rurais, organizações, associações, cooperativas e movimentos sociais (Londres et al., 2023; Rosenfeld et al., 2024.). Iniciativas locais firmemente alicerçadas em organizações de base locais, na agroecologia, sistemas agroflorestais e baseadas na soberania popular. Se considerarmos práticas de povos indígenas, já há iniciativas sustentáveis (ancestrais) seculares.

Projetos esses calcados em solidariedades, cooperação, diálogos e com amplos processos de formações políticas nas comunidades, como forma de instrumentalizar lutas/disputas, criar contranarrativas aos processos e imaginários de superioridade, progresso, desenvolvimento hegemônico e espoliativo (Gonçalves; Rodrigues; Sobreiro-Filho, 2019). Assim quebrando o imaginário colonial de conceber a Amazônia e os/as Amazônidas: i) como “territórios improdutivos, primitivo e antieconômico” (estigmatização e inferiorização), devido ao extrativismo vegetal, a pesca, a caça e a pequena produção agroextrativista; ii) expectores de políticas e recebedores de placas solares, antenas de internet e hortas. Por fim, como enfatiza Loureiro (2012, p. 531) há a visão colonial de que: “As populações tradicionais são povos atrasados, primitivos, portadores de uma cultura inferior, que obstaculizam o desenvolvimento e só têm a ganhar integrando-se à sociedade urbana e ‘civilizada’, desocupando suas terras para atividades ditas modernas”.

Cabe enfatizar que os agentes espoliativos econômicos (especialmente multinacionais, bancos, fundos e gestores de investimentos) não são criticados por essas iniciativas/redes. Esses agentes espoliativos econômicos, que, aliás, vêm “agendando políticas”, possuem ações espoliativas, por promoverem diversas espoliações histórias e recentes na Amazônia, advindos das atividades da mineração, da pecuária e da agricultura do agronegócio (Pendrill et al., 2019; Levy et al., 2023; Lapola et al., 2023; Butt, et al., 2023; Haddad et al., 2024; Alencar; Escada; Camargo, 2025), a partir dos grupos corporativos: Vale, Alcoa, MRN, Hydro, Friboi, JBS, Cargill e Amaggi.

A agropecuária/agroindústria, onde se inserem, por exemplo, Friboi, JBS, Cargill e Amaggi, desempenha um papel indiscutível na condução da mudança da cobertura florestal, emissões associadas de gases de efeito estufa (GEE) e perda de biodiversidade. Isso porque

90% do desmatamento global, entre 2000 e 2019, foi atribuído à expansão de plantações e pastagens, posicionando a produção de *commodities* como o principal impulsionador direto do desmatamento (Sylvester et al., 2024). A pastagem foi a principal causa do desmatamento da Amazônia, entre os anos de 1985 e 2023. A rede MapBiomas<sup>28</sup> mostra que a pastagem foi responsável por mais de 90% da devastação da Amazônia Legal. A perspectiva é a expansão de pastagens face à ampliação da demanda internacional até 2050, principalmente de proteínas, rações e biocombustíveis (Dröge et al., 2024).

Segundo Costa et al. (2024), entre 1995 e 2017, houve um crescimento significativo do agronegócio na Amazônia Legal, que implicou na apropriação em larga escala de terras públicas, de cerca de 13 milhões de hectares. Ainda para Costa et al. (2024), as terras apropriadas foram transformadas em pastagens e áreas agrícolas: passando de 37 milhões de ha, em 1995, para 57,8 milhões de ha em 2017. Portanto, tal configuração de ações desse campo econômico inviabiliza a busca por salvar a sociobiodiversidade amazônica.

Além da mineração, pecuária e agronegócio, há também muitos bancos que vem alimentando a lógica espoliativa e colonial sobre a região e sobre territórios amazônicos: o Banco Mundial, BID<sup>29</sup>, Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB), Banco da Amazônia, Banco UBS, Bradesco e Itaú Unibanco. Por fim, há muitos fundos e gestores de investimentos: GP Investments- Mov Investimentos, PPD Holdings, Anima Investimentos, Lorinvest e BTG. Todos esses agentes vêm compondo, principalmente, a rede Uma Concertação pela Amazônia.

Todos esses atores deixaram e deixam marcas na Amazônia e contribuíram e contribuem para a ampliação da violação de direitos humanos, das desigualdades sociais, na violência no campo e na cidade, nos conflitos fundiários e ambientais, na especulação fundiária e imobiliária, na concentração de terras, no trabalho escravo, na superexploração do trabalhador, no etnocídio, na degradação e poluição ambiental. Como também na produção de racismo ambiental e injustiças socioambientais em cidades e povos amazônicos, por exemplo, de Barcarena, Santarém, Oriximiná, Ipixuna do Pará, Ourilândia do Norte, Tomé-Açu, Moju, Acará, Paragominas, Parauapebas, Canãa dos Carajás, Santana, Manaus, São Luís, Santana, Porto Velho, Cuiabá e Rio Branco.

Essas iniciativas acabam por contribuir no que Resurrección (2024) denomina de prática colonial, prática de esconder e tornar invisíveis os principais impulsionadores das mudanças climáticas, desconsiderando a complexa interconexão de múltiplos impulsionadores das desigualdades, com todas as formas persistentes de extrativismo, preservação da injustiça e destruição da natureza.

---

28 O MapBiomas é uma iniciativa do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima (SEEG/OC) e é produzido por uma rede colaborativa de cocriadores formado por Ongs, universidades e empresas de tecnologia organizados por biomas e temas transversais.

29 O BID enumera quatro fundos que apoia: Amazon Bioeconomy and Forests Management Multi-Donor Trust Fund; GCF Amazon Bioeconomy Fund; Spanish General Cooperation Fund; Agence Wallonne à l'Exportation et aux Investissements Etrangers (AWEX). O GCF Amazon Bioeconomy Fund é ofertado a seis países da Amazônia e fornecerá soluções sustentáveis para reduzir os impactos das mudanças climáticas no bioma da Amazônia. O GCF USD 279 milhões a sua disposição (Green Climate, 2024).

## OUTRAS COLONIALIDADES DAS ALIANÇAS/REDES SOBRE AMAZÔNIA

A rede “Uma Concertação pela Amazônia” e às outras três redes, ao acolher e tentar promover uma governança multinível, acaba por não permitir um olhar e uma análise crítica de ações, políticas e modernizações espoliativas históricas realizadas na região, consequentemente acaba por “[...] *encubre privilegios políticos y culturales tácitos, nociones de sentido común que hacen tolerable la incongruencia y permiten reproducir las estructuras coloniales de opresión*” (Rivera-Cusicanqui, 2010, p. 56-7).

Tais colonialidades reforçam práticas (neo)liberais e mercantis/mercadológicas (de financeirização da natureza e de territórios), como também de “*operaciones genuinas de igualdad y coparticipación en la esfera de lo público*” (Rivera-Cusicanqui, 2010, p. 61). Assim, ocorre o sequestro de toda política, que Segato (2012) assim elucida: “[...] toda deliberação sobre o bem comum, por parte da nascente esfera pública republicana em expansão, [portanto, há] consequente privatização do espaço doméstico, sua outrificação, marginalização e expropriação de tudo o que nela era político [especialmente feminino]” (Segato, 2012, p. 121).

Há um processo de balcanização e mercadorização dos chamados produtos da floresta, com a venda e compra de carbonos, REDD+<sup>30</sup> e produtos das florestas, águas e terras. Tais processos são ameaças reais e indiscutíveis às mudanças climáticas, principalmente à saúde humana, com o aumento da desigualdade social, incerteza política e econômica, uma cascata de desafios ambientais simultâneos (Schug et al., 2023). Uma continuidade do monopólio de exercícios de poder (Rivera-Cusicanqui, 2010).

Quijano (2009) pondera que a democracia é uma condição *sine qua non* para a igualdade de acesso e de liberdades individuais e coletivas, aos recursos, bens e serviços, que são elementos de desenvolvimento de potencialidades inerentes. A colaboração, o diálogo e laços são fortes elementos para favorecer um ambiente em que prosperem as complementaridades, convergências e confluências. Porém, vivencia-se uma democracia colonial.

A democracia colonial não pauta suas práticas no respeito ao poder e na soberania popular na tomada de decisões. A democracia colonial ancora-se na utopia neoconservadora, que concebe as forças livres do mercado devem e vão resolver, de maneira natural, os problemas econômicos e sociais da humanidade (González-Casanova, 1990), com “a promessa de civilizar” através do capitalismo, isto é, ascender ao status de ator econômico reconhecido no mercado (Bhattacharyya, 2018, p. 73), pois supostamente o reconhecimento da democracia econômica configuraria a inclusão e participação humana (Bhattacharyya, 2018).

Há também processos e práticas que denominamos de participação colonial, que se refere a relações hierárquicas, expressas em um número significativo de Ongs (e também em redes/

---

30 Segundo Osborne et al. (2024), após quinze anos de implementação, esse mecanismo internacional de financiamento de carbono falhou amplamente em reduzir o desmatamento tropical e grande parte do benefício de carbono reivindicado foi inflado. Ainda para Osborne et al, apesar da preocupação internacional de longa data e bilhões de dólares em investimentos, houve muitos danos desses projetos REDD+ que incluem: expropriações, enfraquecimento das estruturas de governança local e conflitos comunitários. Muitos projetos REDD+ forneceram suporte mínimo de subsistência, gerando apenas benefícios temporários para alguns membros da comunidade enquanto outros perderam. Dessa forma, os projetos REDD+ replicaram danos passados contra os povos indígenas, particularmente em torno de questões de autodeterminação territorial e na defesa territorial (Osborne et al., 2024). O trabalho de Furtado et al. (2024), também vai na mesma direção de Osborne et al. (2024).

iniciativas), que propagam a participação de grupos locais, lideranças e comunidades. Porém, pautam-se no autoprotagonismo e na condução de processos e práticas e nas capturas das lutas; como se estas fossem os corpos políticos historicamente atingidos e violentados. Isso implica uma invisibilização e colonização de movimentos, organizações, grupos e sujeitos. Concordamos com Nsah (2023), ao assinalar/enfatizar que não estamos demonizando todas as Ongs e instituições ambientais estrangeiras, porém práticas contraditórias e coloniais de muitas organizações e instituições estrangeiras.

Portanto, escutar e aprender com as comunidades locais é elemento fundamental para criar um processo sustentável, com justiça socioambiental, de enfrentamento a estruturas e efeitos históricos nos corpos e mentes de Amazônidas: de negação ou sequestro ao “direito a voz e vez” para gritar e propor agendas de combates a contradições, desigualdades, danos, saques, destruição de territorialidades, temporalidades, espacialidades, espiritualidades e cosmologias (Loureiro, 2012).

Então qualquer produção e disseminação de conhecimento sobre as Amazônias e a implementação de uma agenda integrada de desenvolvimento deve acontecer pela fala, envolvimento e participação de movimentos sociais amazônicos e povos amazônicos. Compreensões não observáveis em documentos e ações, particularmente de Uma Concertação pela Amazônia. Essa rede produziu quatro “documentos-agendas”: “Uma Agenda pelo desenvolvimento da Amazônia”; “100 primeiros dias de governo: propostas para uma agenda integrada das Amazônias”; “Propostas para as Amazônias: uma abordagem integradora” e “Propostas para as Amazônias: olhar integrado para a agenda de desenvolvimento”. E é identificado também no documento: “Tese de Desenvolvimento Territorial”, da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), a fim de favorecer um estilo de desenvolvimento próspero e sustentável.

Essa promoção de agendas de desenvolvimento acaba sendo uma espécie de condição colonial (Revera- Cusicanqui, 2010):

*[...] patrón de poder que se va reproduciendo en el tiempo, y este en particular, va a produciendo también su propio sentido, va produciendo su propia manera de entender, de hacer entender, de explicar, de ver, de distorsionar, de ocultar, como todo horizonte de sentido, por eso es parte del patrón de poder y de éste patrón de poder. Y éste patrón de poder produce uno muy especial, muy importante, que es lo que finalmente se llama modernidade (Quijano, 2024, p. 7).*

Padrão de poder que não é mais caracterizado apenas como expropriação dos modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos, modos de significação de crenças ou conhecimentos específicos. Porém, pauta-se na desvalorização, colonização do imaginário e do conhecimento (com a ideia de superioridade um sobre o outro, existência de forte hierarquias sociais), por meio da bioeconomia e principalmente de agendas de desenvolvimento, assim “reproducen y renuevan la condición colonial de toda la sociedad” (Revera- Cusicanqui, 2010, p. 62). “Es una forma de ser y estar en el mundo donde se apropia de los demás sin consentimiento y sin pensar ni preocuparse en el impacto negativo que genera en la vida de otros seres vivos (humanos y no humanos)” (Grosfoguel, 2016a, p. 42).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*El actual nuevo periodo implica, en esta perspectiva, el conflicto más profundo del capitalismo colonial/moderno y nos coloca a todo en una auténtica encrucijada histórica (Quijano, 2010, p. 29).*

A colonização, dita de modo muito resumido, é a imposição violenta de um único jeito, uma única língua, uma única religião, um único jeito de amar, uma única maneira de ser e estar no mundo (Nuñez, 2024, s.p.)

La Amazonia se mantiene como la frontera viva de la colonización. Ahora, ya no es solo una tierra de expansión para el mercado capitalista tradicional a través de la explotación de los recursos naturales, es una región donde proliferan los mercados ficticios: mercados de carbono o de patentes (Acosta, 2015, p. 43).

Estamos sob a dinâmica e o mantra dominante do extrativismo global<sup>31</sup>, da democracia colonial, da despossessão dos comuns, do colonialismo/colonização/colonialidade/ do imaginário, da percepção, do conhecimento e do debate climático e ambiental. O rentismo neoliberal<sup>32</sup> e os regimes de colonialidades de poder recente são imprimidos e dispersados globalmente, de forma naturalizada. Paralelamente, vive-se, sobretudo, uma fabricação de consensos em torno de uma agenda (e ordem política), de acumulação de capital, com usos: i) de medos e ansiedades acerca de catástrofes futuras<sup>33</sup>; e, ii) ganhos com a incorporação a uma agenda ambiental global de mercado.

Vem então ocorrendo um processo de adoção (e endosso) de mecanismos econômicos e de consumo, conseqüentemente de modulação de mentes, do corpo político, a partir de novos hábitos de produção e consumo capitalista, como solução para crises e dilemas sistêmicos (Dunlap, 2023). Dunlap e Riquito (2023) pontuam que as reivindicações para enfrentamento às mudanças climáticas, os estados-nações e corporações, estão intensificando a implementação de um modelo de desenvolvimento econômico (economia verde) para justificar ainda mais os extrativismos estatista-capitalistas globais. Além de contribuir na produção de fronteiras financeiras, isto é, “um espaço onde os limites são traçados... exibindo uma mistura de progresso, desenvolvimento, emergência, inclusão e, portanto, oportunidade lucrativa, mas também atraso, indisciplina e perigo” (Alami; Guermond, 2023, p.1075). Como enfatiza Resurrección (2024): as mudanças climáticas não é uma crise ambiental ou natural isolada, mas uma rede complexa interligada de legados coloniais, extrativistas globais e da exploração capitalista. Porém, segundo Resurrección (2024), as “soluções” para mudanças climáticas compreendem a crise climática como um problema a ser gerenciado e disciplinado por meio de expertise racional. Muitos desses

---

31 Para Chagnon et al. (2022), o extrativismo global é um conjunto complexo de práticas, mentalidades e diferenças de poder autorreforçados que subscrevem e racionalizam modos socioecologicamente destrutivos de organizar a vida por meio da subjugação, violência, esgotamento e pela não reciprocidade. Baseado, portanto, na acumulação de capital e na centralização do poder.

32 Na governança ambiental neoliberal está: Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos, o programa das Nações Unidas para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal em Países em Desenvolvimento e compensação de carbono-biodiversidade (Dunlap; Sullivan, 2020).

33 A economia verde, por exemplo, segundo Dunlap (2023), é uma técnica governamental de paz social interna, ordem política e acumulação de capital que redireciona ansiedades ecológicas e climáticas para mecanismos econômicos, de consumo e governamentais, pretendendo fabricar um corpo político dócil aclimatado a infraestruturas capitalistas, hábitos de produção e consumo.

gerenciamentos e disciplinamentos, aliás, praticados por muitos centros de estudos e pesquisas e iniciativas/redes, por meio da captura das lutas políticas e da questão socioambiental amazônica, com a “expropriação política” de povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais amazônicos do debate sobre mudanças ambientais e climáticas, assim como das políticas públicas sistêmicas.

A Amazônia se insere nesse contexto, sob novas encruzilhadas<sup>34</sup>, com a produção de mercados e a mercantilização: da floresta, água, comida, arte e cultura. Isso faz parte do contexto da emergência de novos agentes políticos (nas escalas locais, regionais e globais), consequentemente “novas” formas de autoridade discursiva (Barbosa, 2018), expropriação e privatização (Boelens et al., 2023), “expropriação política” e criação ou manutenção de territórios colonizados. Esses novos agentes políticos incluem estados-nações, bancos, fundos, gestores de investimentos, multinacionais, órgãos multilaterais, ongs, institutos de pesquisas e redes/alianças.

Agentes políticos esses que apoiam, incentivam e/ou alimentam a territorialização espoliativa do agronegócio e da mineração, além de “pavimentarem” diversos novos projetos espoliativos: exploração petrolífera na foz do Amazonas, Ferrovia (Ferrogrão), dragagem e derrocamento do Rio Tocantins (Hidrovia Araguaia-Tocantins), concessões dos rios Tocantins, Amazonas, Tapajós e Madeira, Projeto Grão-Pará Maranhão<sup>35</sup> e venda de créditos de carbono<sup>36</sup>, posto com projetos verdes, de transição energética. Além disso, tal colonialismo climático e ambiental ainda vem contribuindo para a construção de um gigantesco complexo portuário envolvendo os municípios de Rurópolis, Itaituba, Santarém, Barcarena/Pará, Santana/Amapá e São Luís/Maranhão (Rodrigues; Nahum, 2023).

É preciso destacar e entender que as encruzilhadas não se reduzem, de forma literal, a um lugar onde se cruzam ruas, estradas, caminhos, isto é, onde se fecham duas vias, que muitas vezes se resumem a estrada de mão única. As encruzilhadas são situações também promotoras de ação, decisão, tensão, redefinição e invenções de horizontes e projetos civilizatórios contra-hegemônicos. Assim, uma forma de enfrentamento, questionamento, negação e desobediência a uma ordem societal, uma ordem estrutural de relações de poder (Quijano, 2011). O pluralismo epistêmico é essencial para a justiça epistêmica e central para transições justas (Sokolova, 2024), uma vez que a governança climática é a “promulgação do conhecimento na política” (Hajer; Pelzer, 2018, p. 222).

34 Logicamente que o passado e o presente se cruzam e encruzilhadas civilizatórias se sobrepõem (Coelho, 2019).

35 Projeto de infraestrutura Grão-Pará Maranhão abrange o Terminal Portuário de Alcântara (TPA) e a Estrada de Ferro de Alcântara a Açailândia no território maranhense.

36 Em setembro de 2024, o governo do estado do Pará realizou a venda de 12 milhões de créditos de carbono. A quantia, comercializada a US\$ 15 por tonelada, atingindo a quantia de R\$ 982 milhões (ou US\$ 180 milhões). Os compradores desses créditos de carbono fazem parte da Coalizão LEAF, que inclui: Amazon, Bayer, BCG, Capgemini, H&M Group e Fundação Walmart. Em novembro, de 2024, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 29, realizada em Baku, no Azerbaijão, o Governo do Pará assinou um memorando de entendimento com AMBIPAR Carbon Credit Participações Ltda, empresa que realiza a comercialização de créditos de carbono, dentro do Sistema Jurisdicional de REDD+ (SJREDD+), do Pará. O documento estabelece as bases para uma parceria entre a Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará e a AMBIPAR para aumentar o valor financeiro e ambiental dos créditos de carbono.

Há duas formas de organização política contra-hegemônica<sup>37</sup> que emergiram no contexto dos preparativos da COP 30, em Belém, em 2025. Uma delas é a COP das Baixadas (COP das Baixadas, 2024). É um movimento de incidência com ações de educação climática, atividades culturais, de lazer e esporte nas comunidades. Ele tem o objetivo de fortalecer as narrativas em defesa da Amazônia, de justiça climática e social para os territórios e as suas populações. Tem a missão de propor, pensar e construir coletivamente “a conferência que queremos” (COP das Baixadas, 2024).

A segunda é Coalizão COP 28 (Cúpula dos Povos), formada por mais de 30 organizações políticas, envolvendo movimentos sociais e sindicais, redes nacionais e organizações de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais brasileiras (Terras de Direitos, 2024). Essa coalizão busca construir e promover um processo autônomo da agenda socioambiental popular e soberana. A intenção é que até e após a COP 30 seja um marco e um legado para: i) o enfrentamento da profunda desigualdade socioambiental e racismos (estrutural, ambiental e climático); e, ii) o combate ao avanço do colonialismo climático, isto é, a partir da agenda global conduzida principalmente por grandes corporações, bancos e fundos e gestoras de investimentos.

A Amazônia passa por novas encruzilhadas, novas colonialidade de poder, que se materializam em metáforas, imagens, discursos e ações dominantes. Há lógicas e práticas que contribuem para continuidades de estruturas históricas, com base em relações sociais assimétricas, subalternizadas, inferiorizantes, invisibilizadoras e estigmatizadas, que se observa, por exemplo, em grupos e “centros” de pesquisas e redes/alianças externas a Amazônia. Assim, os múltiplos significados territoriais, valores e sistemas de direitos são sobrepostos por arranjos de governança modernistas (Boelens et al., 2023). Há com isso continuidades de estruturas históricas sobre territórios de vida e territorialidades específicas, principalmente pelo não compromisso com a justiça socioambiental, a democracia das decisões, na soberania sobre os territórios e na construção popular e comunitária de propostas (Paz Aedo, 2023). Portanto, observa-se e experimenta-se, “a imposição monolítica de um mundo só”, uma monocultura (Krenak; Campos, 2021, p. 69), consequentemente “relações agrotóxicas” (Núñez, 2021, p. 2).

---

<sup>37</sup> Entende-se por organização política contra-hegemônica ancorado em Zilio et al. (2012) e Rodrigues (2022): pauta-se nas práticas de resistência aos discursos de gestão dominantes, que buscam contestar e escapar à disciplina da ordem do sistema capitalista, ou seja, uma organização como meio para a efetivação de projetos políticos, a qual pode ser representada por movimentos sociais como sujeitos políticos coletivos (Zilio et al., 2012). Sendo, portanto, métodos de resistência aos discursos dominantes, visando contestar e resistir ao regramento único e universal do sistema capitalista, colonial, patriarcal e racista; empenhado na transformação da realidade, a partir de uma atividade contínua e crítica, com a possibilidade da produção e reprodução da vida, principalmente, dos mais afetados pelo sistema (Rodrigues, 2022).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. Amazonia. Violencias, resistencias, propuestas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 107, p. 39-62, 2015.

ALAMI, Ilias; GUERMOND, Vincent. The color of money at the financial frontier. *Review of International Political Economy*, v. 30, n. 3, p. 1073-1097, 2023.

ALBERT, James et al. Human impacts outpace natural processes in the Amazon. *Science*, v. 379, n. 6630, p. 1-9, 2023.

ALENCAR, Lucas; ESCADA, Maria Isabel Sobral; CAMARGO, José Luís Campana. Long-term landscape structure change in contrasting land occupation strategies of the Brazilian Amazon. *Land Use Policy*, v. 150, p. 107442, 2025.

ALMEIDA, Luciana T. Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações. *Estudos avançados*, v. 26, p. 93-103, 2012.

AMAZON 2030. O projeto. Disponível em: <<https://amazonia2030.org.br/o-projeto/>>. Acesso em: 10/06/2024.

AMAZON 4.0. Instituto AMAZÔNIA 4.0. Disponível em: <<https://amazonia4.org/>>. Acesso em: 10/06/2024.

AMAZON INVESTOR COALITION. Disponível em: <<https://amazoninvestor.org/>>. Acesso em: 11/06/2024.

ARANGO-VÁSQUEZ, Lorenza. Indigenous peoples, commons and the challenge of sustaining life amid capitalist land grabs. *The Journal of Peasant Studies*, v.8, p. 1-28, 2024.

BHATTACHARYYA, Gargi. *Rethinking racial capitalism: Questions of reproduction and survival*. London: Rowman & Littlefield, 2018.

BARBOSA, Vera Lucia E. “Não extrativismo” epistêmico: desafios à investigação científica crítica. *Revista Antropológica*, n. 44, p. 229-255, 2018.

BERGAMO, Daniel; ZERBINI, Olivia, PINHO, Patricia, MOUTINHO, Paulo. The Amazon bioeconomy: Beyond the use of forest products. *Ecological Economics*, v. 199, p. 1-3, 2022.

BLEND GROUP (BG). About. Disponível em: <<https://www.blendgroup.co/about>>. Acesso em: 9/08/2024.

BOELEN, Rutgerd et al. Riverhood: Political ecologies of socionature commoning and translocal struggles for water justice. *The Journal of Peasant Studies*, v.50, n.3, p.1125-1156, 2023.

BOTTINO, Marcus Jorge et al. Amazon savannization and climate change are projected to increase dry season length and temperature extremes over Brazil. *Scientific Reports*, v. 14, n. 1, p. 5131, 2024.

BOULTON, Chris A.; LENTON, Timothy M.; BOERS, Niklas. Pronounced loss of Amazon rainforest resilience since the early 2000s. *Nature Climate Change*, v. 12, n. 3, p. 271-278, 2022.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: Contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004.

BRANDÃO, Diego Oliveira; ARIEIRA, Julia; NOBRE, Carlos A. Impactos das mudanças climáticas na sociobioeconomia da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 38, n. 112, p. 249-270, 2024.

BRASIL. *Bioeconomia abre caminho para desenvolvimento sustentável, com preservação da Amazônia*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/bioeconomia-abre-caminho-para-desenvolvimento-sustentavel-com-preservacao-da-amazonia>>. Acesso em: 10/06/2024.

BRONDIZIO, Eduardo S. et al. Making place-based sustainability initiatives visible in the Brazilian Amazon. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 49, p. 66-78, 2021.

BUSTAMANTE, Mercedes Maria Cunha et al. The future of Brazilian science. *Nature Human Behaviour*, v. 1, p. 1-3, 2023.

BUTT, Edward W. et al. Amazon deforestation causes strong regional warming. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 120, n. 45, p. 1-8, 2023.

CHAGNON, Christopher W. et al. From extractivism to global extractivism: The evolution of an organizing concept. *The Journal of Peasant Studies*, v. 49, n. 4, p. 760-792, 2022.

CHEN, Shuli et al. Amazon forest biogeography predicts resilience and vulnerability to drought. *Nature*, v. 631, p. 111-117, 2024.

CLEMENT, Charles R. et al. Challenges for a Brazilian Amazonian bioeconomy based on forest foods. *Trees, Forests and People*, v. 16, p. 1-7, 2024.

COELHO, Maria Célia Nunes. Resenha Amazônia na encruzilhada. *AMBIENTES*, v. 1, nº 1, p. 306-312, 2019.

COLLINS, Yolanda Ariadne et al. Plotting the coloniality of conservation. *Journal of Political Ecology*, v. 28, nº 1, p. 1-23, 2021.

COP DAS BAIXADAS. *As periferias amazônicas no centro do debate climático!* Disponível em: <<https://copdasbaixadas.org/>>. Acesso em: 10/06/2024.

COSTA, Francisco de Assis et al. Complex, diverse and changing agribusiness and livelihood systems in the Amazon. *Acta Amazonica*, v. 54, n. spe1, p. e54es22096, 2024.

DAUVERGNE, Peter; CLAPP, Jennifer. Surging Biojustice Environmentalism from Below: Hope for Ending the Earth System Emergency? *Global Environmental Politics*, v.1, p. 1-14, 2023.

DUPUITS, Emilie et al. Scaling up but losing out? Water commons' dilemmas between transnational movements and grassroots struggles in Latin America. *Ecological Economics*, v. 172, p. 1-9, 2020.

DRÖGE, Saskia et al. Do voluntary sustainability standards reduce primary forest loss? A global analysis for food commodities. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, v. 374, p. 1-8, 2024.

DUNLAP, Alexander. The green economy as counterinsurgency, or the ontological power affirming permanent ecological catastrophe. *Environmental Science & Policy*, v. 139, p. 39-50, 2023.

DUNLAP, Alexander; FAIRHEAD, James. The militarisation and marketisation of nature: An alternative lens to 'climate-conflict'. *Geopolitics*, v. 19, n. 4, p. 937-961, 2014.

DUNLAP, Alexander; RIQUITO, Mariana. Social warfare for lithium extraction? Open-pit lithium mining, counterinsurgency tactics and enforcing green extractivism in northern Portugal. *Energy Research & Social Science*, v. 95, p. 1-21, 2023.

DUNLAP, Alexander; SULLIVAN, Sian. A faultline in neoliberal environmental governance scholarship? Or, why accumulation-by-alienation matters. *Environment and Planning E: Nature and Space*, v. 3, n. 2, p. 552-579, 2020.

DUNLAP, Alexander; VERWEIJEN, Judith; TORNEL, Carlos. The political ecologies of "green" extractivism (s): An introduction. *Journal of Political Ecology*, v. 31, n. 1, p. 436-463, 2024.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS). *Hub de Bioeconomia Amazônica promove o primeiro encontro híbrido da rede em Manaus*. <https://fas-amazonia.org/hub-de-bioeconomia-amazonica-promove-o-primeiro-encontro-hibrido-da-rede-em-manaus/>. Acesso em: 8/06/2024a.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS). *Quem somos*. Disponível em: <<https://fas-amazonia.org/hub-de-bioeconomia-amazonica/>>. Acesso em: 8/06/2024b.

FERREIRA, Joice et al. A lack of clarity on the bioeconomy concept might be harmful for Amazonian ecosystems and its people. *Ecological Economics*, v. 224, p. 1-3, 2024.

FLORES, Bernardo M. et al. Critical transitions in the Amazon forest system. *Nature*, v. 626, n. 7999, p. 555-564, 2024.

FURTADO, Fabrina Pontes et al. Em Nome do Clima: Capitalismo Extrativista e o Mercado de Compensação Florestal na Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, v. 27, p. e00170, 2024.

GABOR, Daniela. The Wall Street Consensus. *Development and Change*, v. 52, n. 3, p. 429-459, 2021.

GARDOSSI, Lucia et al. Bioeconomy national strategies in the G20 and OECD countries: sharing experiences and comparing existing policies. *EFB Bioeconomy Journal*, v. 3, p. 1-9, 2023.

GONÇALVES, Osmana Dias; RODRIGUES, Jondison Cardoso; SOBREIRO FILHO, José. Marés das rebeldias em Abaetetuba: dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia paraense, Baixo Tocantins. *Revista Tamoios*, v. 15, n. 1, 2019.

GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo. La crisis del mundo actual y las ciencias sociales en América Latina. In: BELLÍ, Gioconda et al. (orgs.). *La interminable conquista*. Emancipación e identidad de América Latina 1492-1992. México: Joaquín Mortiz/Planeta, 1990. p. 227-238.

GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, Atilio; AMADO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 431-458.

GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo. La dialéctica de las alternativas. *Espiral*, v. 8, nº 24, pp. 11-35, 2002.

Global Green Growth Institute (GGGI). *About GGGI*. Disponível em: <<https://gggi.org/about/>>. Acesso em: 9/08/2024.

GREEN CLIMATE (GC). *FP173*. Disponível em: <<https://www.greenclimate.fund/project/fp173>>. Acesso em: 9/08/2024.

GREEN ECONOMY COALITION (GEC). *Since our creation in 2009, the Green Economy Coalition has...* Disponível em: <<https://www.greenconomycoalition.org/progress-and-projects>>. Acesso em: 9/08/2024.

GROSGOQUEL, Ramón. Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y ontológico. *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo (RICD)*, v. 1, n. 4, p. 33-45, 2016a.

GROSGOQUEL, R. Del “extrativismo económico” al “extrativismo epistémico” y al “extrativismo ontológico”: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. *Tabula Rasa*. Bogotá, n. 24, p. 123-143, 2016.

HADDAD, Eduardo A. et al. Economic drivers of deforestation in the Brazilian Legal Amazon. *Nature Sustainability*, v. 1, p. 1-8, 2024.

HAINS, Bryan J.; HAINS, Kiler. D. Symbiotic university-community partnerships: The good, the bad & the ugly. *Community Development*, v. 55, n. 3, p. 407-419, 2024.

HAJER, Maarten A., PELZER, Peter. 2050 - An Energetic Odyssey: understanding ‘techniques of futuring’ in the transition towards renewable energy. *Energy research & social science*, v. 44, p. 222-231, 2018.

HORN, Claudia. Brazil’s Amazon Fund: A “Green Fix” between Offset Pressures and Deforestation Crisis. *Antipode*, v. 55, n. 6, p. 1686-1710, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>>. Acesso em: 26/06/2024.

INSTITUTO ARAPYAUÚ. Disponível em: <<https://arapyau.org.br/>>. Acesso em: 11/06/2024.

INSTITUTO AMAZÔNIA+21. *Facility de Investimentos Sustentáveis vem para impulsionar desenvolvimento na Amazônia*. Disponível em: <<https://institutoamazonia21.org.br/facility-de-investimentos-sustentaveis-vem-para-impulsionar-desenvolvimento-na-amazonia/>>. Acesso em: 9/06/2024.

KRENAK, A.; CAMPOS, Y. *Lugares de origem*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

LAPOLA, David M. et al. The drivers and impacts of Amazon forest degradation. *Science*, v. 379, n. 6630, p. 1-11, 2023.

LAURINDO, Lucas Fornari et al. Açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) in health and disease: A critical review. *Nutrients*, v. 15, n. 4, p. 989, 2023.

LE BILLON, Philippe. Crisis conservation and green extraction: biodiversity offsets as spaces of double exception. *Journal of Political Ecology*, v. 28, n. 1, p. 854-888, 2021.

LEVIS, Carolina et al. Contributions of human cultures to biodiversity and ecosystem conservation. *Nature Ecology & Evolution*, v. 8, n. 5, p. 866-879, 2024a.

LEVIS, Carolina et al. Indigenizing conservation science for a sustainable Amazon. *Science*, v. 386, n. 6727, p. 1229-1232, 2024b.

LEVY, Samuel A. et al. Deforestation in the Brazilian Amazon could be halved by scaling up the implementation of zero-deforestation cattle commitments. *Global Environmental Change*, v. 80, p. 1-12, 2023.

LIMA, Mairon G. Bastos; KMOCH, Laura. Neglect paves the way for dispossession: The politics of “last frontiers” in Brazil and Myanmar. *World Development*, v. 148, p. 1-15, 2021.

LIMA, Mairon G. Bastos et al. Large-scale collective action to avoid an Amazon tipping point-keyactorsandinterventions. *Current Research in Environmental Sustainability*, v. 3, p. 1-13, 2021.

LOCHERY, Emma. Situating extraction in capitalism: Blueprints, frontier projects, and life-making. *The Extractive Industries and Society*, v. 11, p. 1-10, 2022.

LOCONTO, Allison; PRUDHAM, Scott; WOLF, Steven. Environmental governance through metrics: guest introduction. *Science as Culture*, v. 33, n. 1, p. 1-15, 2024.

LONDRES, Marina et al. Place-based solutions for global social-ecological dilemmas: An analysis of locally grounded, diversified, and cross-scalar initiatives in the Amazon. *Global Environmental Change*, v. 82, p. 1-13, 2023.

LOPES, E. et al. Mapping the socio-ecology of non timber forest products (NTFP) extraction in the Brazilian Amazon: the case of açai (*Euterpe precatoria* Mart) in Acre. *Landscape and Urban Planning*, v.188, p.110-117, 2019.

LOUREIRO, Violeta. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. *Revista Direito GV*, v. 8, n. 2, p. 527-552, 2012.

MAGLIA, Cristiana; WILSON ROWE, Elana. Ecosystems and Ordering: Exploring the Extent and Diversity of Ecosystem Governance. *Global Studies Quarterly*, v. 3, n. 2, p. 1-11, 2023.

MAIO, Marcos Chor. A Unesco e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, p. 115-130, 2005.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, José Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSFOGUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Autêntica. Belo Horizonte, 2019.

MARINHO, José Roberto. “Concertação” reúne 100 líderes para “salvar” a Amazônia. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/08/26/concertacao-reune-100-lideres-para-salvar-a-amazonia.ghtml>>. Acesso em: 9/08/2024.

MARQUARDT, Jens; LEDERER, Markus. Politicizing climate change in times of populism: an introduction. *Environmental Politics*, v. 31, n. 5, pp. 735-754, 2022.

MATTOS, Caio et al. *Manutenção das Terras Indígenas é fundamental para a segurança hídrica e alimentar em grande parte do Brasil*. Disponível em: [https://serrapilheira.wpenginpowered.com/wp-content/uploads/2024/12/Nota-tecnica\\_TIs\\_Amazonia\\_2024\\_2\\_12.pdf](https://serrapilheira.wpenginpowered.com/wp-content/uploads/2024/12/Nota-tecnica_TIs_Amazonia_2024_2_12.pdf). Disponível em: 08 dez. 2024.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 32, p. 1-18, 2017.

MILGROOM, Jessica; CLAEYS, Priscilla. Participation is not the answer: epistemic violence and authoritarian practices in conservation-forced displacement. *The Journal of Peasant Studies*, v.1, p. 1-27, 2024.

NERFA, Lauren; RHEMULLA, Jeanine M.; ZERRIFFI, Hisham. Forest dependence is more than forest income: Development of a new index of forest product collection and livelihood resources. *World Development*, v. 125, p. 1-13, 2020.

NSAH, Kenneth Toah. Conserving Africa's Eden? Green colonialism, neoliberal capitalism, and sustainable development in Congo Basin Literature. *Humanities*, v. 12, n. 3, p. 1-24, 2023.

NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. *ClimaCom*, v. 8, n. 21, p. 1-8, 2021.

NÚÑEZ, Geni. As monoculturas como violação da singularidade. *Jornal de Psicanálise*, v. 56, n. 105, p. 107-120, 2023.

NÚÑEZ, Geni. Geni Nuñez: 'Queremos pintar a psicologia de jenipapo e urucum'. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/10/14/geni-nunez-queremos-pintar-a-psicologia-de-jenipapo-e-urucum>. Acesso em: 16 dez. 2024.

NÚÑEZ, Geni; BARBOSA, Andrieli; GUEDES, Marina Fernandes; OLIVEIRA, Mariza de. Partilhar para reparar: tecendo saberes anticoloniais. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; DOMINGOS-KAINGANG, Angélica. *Políticas indigenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2020. p. 153-167.

OLIVEIRA, Fernando-Esteban M.; CANTO, Genowefa B.; BLAS, Driss. Under what conditions do payments for environmental services enable forest conservation in the Amazon? A realist synthesis. *Ecological Economics*, v. 205, p. 1-11, 2023.

OSBORNE, Tracey et al. Climate justice, forests, and Indigenous Peoples: toward an alternative to REDD+ for the Amazon. *Climatic Change*, v. 177, n. 8, p. 1-28, 2024.

PAES, Lucas Oliveira. Networked territoriality: A processual-relational view on the making (and makings) of regions in world politics. *Review of International Studies*, v. 49, n. 1, p. 53-82, 2023.

PAZ AEDO, María. De la transición corporativa a las transiciones justas: alternativas y resistencias territoriales. *Ecología Política*, v. 65, p. 39-47, 2023.

PENDRILL, Florence et al. Deforestation displaced: trade in forest-risk commodities and the prospects for a global forest transition. *Environmental Research Letters*, v. 14, n. 5, p. 1-15, 2019.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. Disponível em: <<https://ppa.org.br/>>. Acesso em: 11/06/2024.

POHL, Lucas; SWYNGEDOUW, Erik. Enjoying climate change: Jouissance as a political factor. *Political Geography*, v. 101, p. 1-10, 2023.

PROESTOU, Maria; SCHULZ, Nicolai; FEINDT, Peter H. A global analysis of bioeconomy visions in governmental bioeconomy strategies. *Ambio*, v. 53, n. 3, p. 376-388, 2024.

RESURRECCIÓN, B. P. Colonial erasures in gender and climate change solutions. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, v. 15, n. 5 p.1-9, 2024.

RODRIGUES, Jondison Cardoso; NAHUM, João Santos. Expansão e territorialização de infraestruturas portuárias no Brasil e na Amazônia Legal (1993 a 2022). *Novos Cadernos NAEA*, v. 26, n. 1, p. 195-224, 2023.

ROSENFELD, Tomas et al. Local Development Based on Non-Timber Forest Products: Evidence from a Mapping of Initiatives in the Brazilian Amazon since Rio 1992. *Sustainability*, v. 16, n. 14, p. 1-20, 2024.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. *Revista del CESLA*, n.1, p. 38-55, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 168-178, 2007.

QUIJANO, Anibal. “Solidaridad” y capitalismo colonial/moderno. *Otra Economía*, v. 2, n. 2, p. 12-16, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Des/colonialidad del poder: el horizonte alternativo. *Estudios latinoamericanos*, n. 25, p. 27-30, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *Contextualizaciones latinoamericanas*, v. 2, n. 5, p. 1-33, 2011.

QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del Poder y Des/Colonialidad del Poder”. Disponível em: <<https://www.ceapedi.com.ar/Imágenes/Biblioteca/libreria/51.pdf>>. Acesso em: 11/07/2024.

RESTREPO-COUBE, Natalia et al. Asymmetric response of Amazon forest water and energy fluxes to wet and dry hydrological extremes reveals onset of a local drought-induced tipping point. *Global Change Biology*, v. 29, n. 21, p. 6077-6092, 2023.

RIVERA-CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

RIVERA-CUSICANQUI, Silvia. Debate sobre el colonialismo intelectual y los dilemas de la teoría social latinoamericana. *Cuestiones de Sociología*, n. 14, p. 1-22, 2016.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Geopolítica decoloniallatino-americana no sistema internacional: as experiências contra-hegemônicas no século XXI. *Revista da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 2, n. 1, p. 149-168, 2022.

RODRIGUES, Jondison Cardoso; CAMPOS, Raione Lima; SANTANA JR, José Raimundo. Environmental defenders suffering death threats and” under protection” in the state of Pará, Eastern Amazonia, Brazil. *Journal of Political Ecology*, v. 29, n. 1, p. 430-454, 2022.

SCHUG, Gwen R. et al. Climate change, human health, and resilience in the Holocene. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 120, n. 4, p. 1-10, 2023.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, n. 18, p. 105-131, 2012.

SOKOLOVA, Tatiana. Who gets to imagine a fossil-free future? Ontological politics of knowledge-action co-production in the Swedish just transition. *Environmental Politics*, v.1, p. 1-22, 2024.

SOUZA, Celso Arruda; OLIVEIRA JUNIOR, Ernandes Sobreira; HACON, Sandra de Souza. Serviços ecossistêmicos da Amazônia Brasileira. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v.17, n. 1, p. 178-198, 2024.

STEGMANN, Lis F. et al. Brazilian public funding for biodiversity research in the Amazon. *Perspectives in Ecology and Conservation*, v. 22, n. 1, p. 1-7, 2024.

SYLVESTER, Janelle M. et al. Analysis of food system drivers of deforestation highlights foreign direct investments and urbanization as threats to tropical forests. *Scientific Reports*, v. 14, n. 1, p. 1-12, 2024.

SULTANA, Farhana. The unbearable heaviness of climate coloniality. *Political Geography*, v. 99, p. 1-14, 2022.

TAVARES, Julia Valentim et al. Basin-wide variation in tree hydraulic safety margins predicts the carbon balance of Amazon forests. *Nature*, v. 617, n. 7959, p. 111-117, 2023.

TERRA DE DIREITOS. *Organizações e movimentos sociais entregam ao governo brasileiro a carta Rumo a Cúpula dos Povos da COP 30*. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/organizacoes-e-movimentos-sociais-entregam-ao-governo-brasileiro-a-carta-rumo-a-cupula-dos-povos-da-cop-30/23957>>. Acesso em: 12/06/2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). *CEAS/USP visita a UFPA e discute parceria. UFPA propõe cooperação com simetria na liderança intelectual de projetos e gestão de recursos*. Disponível em: <<https://ufpa.br/ceas-usp-visita-a-ufpa-e-discute-parceria-ufpa-propoe-cooperacao-com-simetria-na-lideranca-intelectual-de-projetos-e-gestao-de-recursos/>>. Acesso em: 10/06/2024.

UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA. Disponível em: <<https://concertacaoamazonia.com.br/>>. Acesso em 11/06/2024.

VAN DER HOFF, Richard; RAJÃO, Raoni; LEROY, Pieter. Clashing interpretations of REDD+ “results” in the Amazon Fund. *Climatic Change*, v. 150, p. 433-445, 2018.

VAN PASSEL, Johanna et al. Critical slowing down of the Amazon forest after increased drought occurrence. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 121, n. 22, p. 1-11, 2024.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães; SILVA, José Maria Cardoso. Zero deforestation and degradation in the Brazilian Amazon. *Trends in Ecology & Evolution*, v. 39, n. 5, p. 413-416, 2024.

WHYTE, Kyle. Too late for indigenous climate justice: Ecological and relational tipping points. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, v. 11, n. 1, p. 1-7, 2020.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. *PISEAGRAMA*, n. 14, s.p. 2020.

ZILIO, Lara Bethânia et al. Organizações contra-hegemônicas e a possibilidade de redescoberta da política na modernidade: uma contribuição a partir do pensamento de Hannah Arendt. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 10, p. 789-803, 2012.